











OR

340.12

B445-P

342.7

342.537

57-1-1





# SOFISMAS ANARCHICOS.

*Exame critico de diversas Declarações dos  
Direitos do homem, e do Cidadão.*



**R** Efutar a declaração dos direitos do homem não he tomar um trabalho inutil? Esta declaração, proclamada com tanta pompa, recebida com tão grande applauso, traduzida em todas as linguas da Europa, mas secretamente desprezada por aquelles mesmos, que a tinham feito; contradicta em todas as Leis particulares, alterada por seos successores, e rejeitada do Codigo Imperial, que outra cousa he senão uma pagina vedada de uma constituição, que já não existe? Eu convenho em que esta refutação não tem já o interesse polemico, que teria, durante o reinado da Assembleia Nacional; que he como um tratado sobre uma doença contagiosa, de que já se não falla, e por consequencia uma obra sem attractivo para aquelles, que só se occupam com as circumstancias do momento. Mas o exame de um grande erro he d'um interesse, que subsiste sempre. O germe desta falsa theoria dos *direitos do homem* existe nas paixões do coração humano, sempre as mesmas, e que só esperam para se reproduzirem o concurso de circumstancias semelhantes. Vede o que se tem passado na America Es-panhola em a Provincia de Caracas: tanto que a insurreição ganhou força, os insurgentes fizeram uma declaração dos *direitos do homem*, senão pelos mesmos termos, ao menos com o mesmo espirito da da Assembléa Nacional. Assim, posto que esta declaração fosse tirada do Codigo das Leis Francezas, ella conserva ainda um logar secreto no Codigo Democrático da opinião. Eu tenho visto, mesmo em França, muitas pessoas dispostas a convir que ella era peri-

gosa, sem deixarem de crer que fosse verdadeira; e não se deve dissimular que o seo aniquilamento não tenha sido antes obra da força do que da convicção. Se se pode tirar esta arma aos entusiastas politicos cumpre fazel-o, em quanto estão fracos, porque depois he tarde, quando tem ganhado reforços. He assim que se escolhe o momento, em que as agoas estão baixas para restabelecer os diques, que foram demolitos pela violencia de uma impetuosa torrente.

Por outro lado esta declaração encerra um extracto, ou uma essencia dos erros promulgados pelos primeiros escriptores do seculo. Se fosse preciso restituir a cada um o que lhe pertence, ver-se-hia nesta compilação os membros dispersos de Mabli, Rousseau, Raynal, Condorcet, Diderot, Prince, Priestley, e de muitos outros. Mas estes falsos principios, sanccionados pela Assembléa Naciocal, tem um catacter de solemnidade, que lhes falta n'estes escriptores. O que nas suas obras não he mais que a theoria de um individuo, aqui vem a ser um dicto legal. Attacar esta declaração, he combatter estes erros, dispostos em falange; he encontrar n' um mesmo campo todos os inimigos do bom principio, e fazer-lhes uma guerra decisiva. N' este trabalho d' Assembléa Nacional se realisa até certo ponto o desejo, que tem um General de achar todos os seos adversarios debaixo de uma so cabeça para a cortar de um so golpe.

Se contra este escripto se objectasse que a maior parte das observações versam sobre *criticas verbaes*, responderia que em um discurso academico, as palavras não são senão palavras, e que são sem consequências os termos improprios; mas que em leis, e principalmente em principios fundamentaes das leis, as palavras se tornam cousas, e que os termos improprios d'onde nascem ideas falsas, podem conduzir á calamidades nacionaes. Nada conheço mais justo do que este pensamento d' um auctor Francez; „ que o que houvera de absurdo na revolução conduzira ao que n' ella tinha havido de *attróz* „ \*

---

\* Garat, defesa de si mesmo.



Approva-se a critica litteraria , que analysa com o maior rigor as expressões de um poeta , he um merecimento notar uma palavra superflua , um termo escuro , um circumloquio equivoco ; e aquelle que descobre os erros os mais ligeiros he reputado contribuir ao aperfeiçoamento da arte.

Quanto mais util seria esta critica verbal se fosse applicada ao estilo das leis? Não he pelo valor das palavras que posso conhecer o que a lei manda ou prohibe? Seria tempo perdido , mostrar aos legisladores quanto he difficiloso exprimir-se correctamente , quanto importa não dizer nem mais nem menos do que querem , e produzir uma idea justa , que não necessite de commentario?

Ainda que estejamos convencidos de que esta *Declaração* encerra uma doutrina erronea , assim mesmo podemos ler com proveito a sua refutação , como um exercicio de logica. Ha muita differença entre sentir o que he falso , e descobri-lo. Aqui se ve , segundo me parece , em que consiste a arte de expor em toda sua luz uma falsidade Sophistica. Trata-se primeiro de observar se uma proposição que parece simples , não encerra outras muitas. Separal-as , simplifical-as he o meio que ha para refutar o que o deve ser ; porque o que salva estas proposições complexas , he uma mistura de verdadeiro , que encobre o falso , ou humma escuridade , que na ce da complicação. He necessario ver-se as palavras principaes foram bem definidas , se não sam applicadas n'um sentido arbitrario , ou differente da sua significação , que está em uso : porque este he o grande segredo para enganar os leitores descuidados , ou para seduzir aquelles que se reputam mais expertos , quando affectam dar aos termos mais ordinarios um sentido mysterioso.

Aqui he uma obra de Controversia : com tudo favorece mais a paz do que a disputa , porque ataca um Systema dogmatico que exclue todo raciocinio , e que he proprio para fazer reverter ao principio da utilidade geral , unico sobre que se pode estabelecer um methodo commum de discurrer.





# E X A M E

## *Da declaração dos direitos do homem e do Cidadão Decretada pela Assembléa Constituinte em 1789.*

---

### P R E A M B U L O .

**O**S representantes do povo francez constituídos em Assembléa Nacional, considerando que a ignorancia, o esquecimento, ou o desprezo dos direitos do homem, sam as unicas causas das calamidades publicas, e da corrupção dos governos, resolveram expor, em uma solemne declaração, os direitos naturaes, inalienaveis, e sagrados do homem, a fim de que esta declaração sendo presente a todos os membros do corpo social, lhes traga continuamente á lembrança os seus direitos, e deveres; a fim de que os actos do poder legislativo, e os do poder executivo podendo a cada instante ser comparados com o fim de qualquer instituição politica, sejam mais respeitados; a fim de que as reclamações dos cidadãos, daqui por diante, fundadas sobre principios simples, e incontestaveis, tendam sempre á conservação da Constituição, e felicidade de todos.

Em consequencia do que, a Assembléa Nacional reconhece, e declara, em presença, e debaixo dos auspícios do Ente-Supremo, os direitos seguintes do homem, e do cidadão.

#### *Observações.*

O primeiro vicio deste preambulo está no titulo. Os Legisladores francezes deviam declarar os direitos dos francezes, porem os francezes não apparecem nem no frontispicio da obra nem no decurso da mesma. O que se declara, sam os direitos do homem, e do cidadão. Por *Cidadãos*, devemos entender todas as pessoas li-

gaças em um corpo politico ; mas por *Homens*, como distinctos dos *Cidadãos*, que devemos entender? todas as pessoas não sam ainda membros de uma sociedade politica ; aquelles, que estam ainda no estado de natureza, aquelles que existem, como os que não existem ; em uma palavra, aquelles que, pela supposição mesma, não podem ter conhecimento algum desta declaração feita para elles.

Duas partes se podem distinguir neste preambulo: o *objecto*, e os *motivos*.

O objecto he expor os direitos naturaes, inalienaveis, e sagrados do homem ; quero dizer direitos fundados sobre a natureza do homem, por consequencia essenciaes a elle sem os quaes não pode existir sem cessar de ser o que elle he ; direitos que por nenhum preço pode alienar, nem mesmo para salvar a sua propria vida ; direitos dos quaes o não podem privar sem cometer esta sorte de crime, que se chama violação das cousas sagradas, ou *Sacrilegio*.

Mas que virá a ser esta asserção, quando tivermos provado, por um exame circunstanciado, que estes direitos *naturaes*, *inalienaveis* e *sagrados* nunca existiram, que estes direitos, que devem servir de direcção ao poder executivo, e legislativo, só serviriam para seos desvarios, e que sam incompativeis com a conservação de uma constituição, e que os cidadãos, em os reclamando, so reclamariam a anarquia?

Estes principios diz o preambulo sam *simples*, e *incontestaveis*: aqui temos pois dogmas positivos, artigos de fé politica, artigos consagrados, que devemos receber com submissão, e que nos he prohibido examinar.

Filosofia! Aqui está o teu primeiro passo. Abjurar o uso da razão! Criar um Symbolo! Estabelecer maximas sem argumentos, pontos de crença sem discussão! Concede-nos o que negamos à todos. Concede-nos que somos infalliveis, e depois nós provaremos que não erramos.

Os motivos desta declaração, enunciados no preambulo, sam tão vagos, e se confundem de tal sorte uns com os outros, que seria inutil examina-



los separadamente. Demos-lhe uma forma mais distincta. Vejamos o que o legislador se podia propor formando este acto preliminar.

*Motivos d'esta declaração.*

1.º Limitar a auctoridade do corpo executivo ; 2.º limitar a auctoridade de corpo legislativo ; 3.º formar uma instrucção geral, que podesse guiar a Assembleia Nacional na composição das leis. Estes são os diversos fins, que se podia propor.

Debaixo destes trez pontos de vista, a declaração dos direitos me parece absolutamente inutil.

1.º Pode ella servir para limitar o poder executivo ? Não, por que isso he objecto particular doCodigo Constitucional, no qual se fixam as suas attribuições, o modo, pelo qual deve obrar, e a responsabilidade dos seus agentes.

2.º Pode ella servir para limitar o poder do Corpo Legislativo? Se ella o podesse fazer, seria um mal: um limite qualquer he inutil, e perigoso,

Em um paiz, onde se intenta dar influencia ao povo, onde se lhe dá o direito de eleger os seus representantes, o de se ajuntar, e de appresentar petições, tem-se feito tudo quanto a natureza da cousa permite, para prevenir os abusos da auctoridade legislativa. A voz publica em um povo livre, e que livremente elege os seus deputados, he o verdadeiro freio da Assembleia Nacional. Quando esta se acha neste estado de dependencia relativamente à vontade geral, não há já nada que recear della, nem mais cautela que procurar. Como não ha nada, que possa suprir este freio, tambem não ha nada, que possa augmentar a sua força: seria sobre tudo ridiculo imaginar que vós mesmos vos podesseis ligar, por frases da vossa invenção.

Quando o povo está desgostoso de uma lei, he por causa de algum inconveniente, ou verdadeiro ou imaginario, que se lhe imputa. O publico não ha de pronunciar sobre esta lei, em virtude da declaração dos direitos do homem, mas sim à vista do mal, que sente, ou recea.

Quanto aos *direitos*, que declarais, vos os manifestareis com excepções, ou sem ellas: reservareis para vós a faculdade de os modificar por leis subsequentes, ou serão declarados pura, e simplesmente, sem modificação. No primeiro caso a declaração nada significa, não tem effeito nenhum para limitar o poder legislativo: e no segundo caso, a declaração absoluta já não poderá ser observada; cada lei subsequente será um attentado manifesto contra a declaração. Suponhamos que se tenha enunciado na declaração, que a liberdade de cada individuo será conservada inteira, e intacta; qualquer lei subsequente estará em contradicção directa com esta louca proposição. Suponhamos que se tenha dito que cada individuo conservará a sua liberdade inteira e intacta, exceptuando o caso, em que a lei mandasse o contrario, he evidente que nada se tem dito, e que o poder legislativo fica tão illimitado, como se não existisse declaração alguma.

Um d'estes dous precipicios he inevitavel. A declaração ou dirá de mais, ou nada dirá. Quanto mais experiencias tiverem os seus auctores, tanto mais han de fugir de prender as mãos do poder legislativo; quanto menos conhecimentos tiverem, mais inclinados serão a abraçar principios geraes, cuja pratica será impossivel.

3.º Esta declaração dos direitos não podia tambem preencher o terceiro fim, que he servir de instrucção geral aos legisladores para a composição das leis subsequentes.

O engano dos seus auctores tem a sua origem na logica vulgar, onde se confundem duas cousas distintas: a demonstração e a invenção, a ordem em que se devem collocar as verdades para se ensinarem, e a ordem, que serve para descobri-las.

Os principios, dizem, devem preceder ás consequencias: os primeiros uma vez estabelecidos, as outras por si mesmas se deduzem delles. Que entendem aqui por *principios*? proposições da maior extensão. Que entendem por *consequencias*? proposições particulares encerradas em proposições geraes.



Não se pode negar que este methodo he favoravel á argumentação, e aos debates, porque se me fizesdes admittir uma proposição geral, não poderia sem estar em contradição commigo, rejeitar a proposição particular, que nella se acha incluida.

Porem esta marcha tão favoravel para os debates, não he a da percepção, da investigação, e da invenção. Aqui, as proposições particulares precedem as proposições geraes. A adhesão, que se dá a estas ultimas, não he fundada senão na adhesão, que se dá ás primeiras, provamos as consequencias pelo principio, mas não chegamos ao principio, se não pelas consequencias.

Appliquemos isto às leis. No plano que combatto, o objecto era estabelecer primeiro principios geraes e delles deduzir as leis particulares. Mas esta marcha era falsa. Devia-se ter de baixo dos olhos o systema inteiro das leis, comparal-as umas com as outras, para se poder extrahir dellas com segurança principios fundamentaes, solidos, e capazes de sustentar o exame de uma razão severa. Porque razam uma proposição geral he verdadeira? he somente porque todas as proposições particulares, que ella encerra, sam verdadeiras. Mas como se ha de certificar a verdade de uma proposição geral? examinando todas as proposições particulares, que ella contem. Qual he pois a marcha que se deve seguir para remontar a um principio? He tomar um certo numero de proposições particulares, achar um ponto, no qual todas concordam, e tendo-o achado, elevar-se até uma proposição mais extensa, que as contenha a todas.

He assim que se pode caminhar com passos vagarosos mas seguros, dando a si mesmo razão de tudo. No caminho opposto anda-se ao a caso, e sempre ao lado de um precipicio.

Que se segue disto? que a ordem conveniente era, formar primeiro os diversos codigos de leis, e então dellas se podia, sem perigo de cahir em contradição comsigo mesmo, deduzir por abstracção, uma serie de proposições geraes, ou principios fundamentaes.

Isto, dirám, labora em um circulo vicioso, por que para fazer estas leis de detalhe, era necessario que os legisladores tivessem no espirito um objecto, um fim, um principio, que os guiasse no seo trabalho. Sem isto nada se pode fazer, nem em fisica, nem em moral. Nada se faz com intelligencia, e vontade sem que preceda sempre alguma theorica.

Não ha duvida, nem eu tenho suposto que legisladores, sahindo do estado de natureza, sejam homens sem conhecimento, e sem experiencia. Houverão Leis anteriores; elles conheceram os seus effeitos; reuniram se para as julgar, emendar, e conformal-as ás noções, que tem do bem publico. Mas digo, que neste trabalho, devem fugir de imprimir o character de *Principio* a proposições geraes, antes de estarem bem convencidos da sua verdade; devem igualmente fugir de proclamar um direito absoluto, e inalienavel, antes de ter bem examinado se não ha de ser sujeito a alguma excepção; e particularmente quando se trata de coarctar o legislador, he preciso ter formado todo o Codigo antes de estabelecer maximas supremas, que limitam o seo poder. He preciso conhecer todas as leis de detalhe antes de determinar o recinto, do qual elle não deverá sair.

Esta precipitação em estabelecer maximas geraes, maximas irrevogaveis, não era, da parte do mais forte senão um meio de triumphar dos mais fracos, um meio pelo qual, pertendiam subjugar toda, e qualquer opposição futura; e aquelles, que então se applaudiam de ter consagrado dogmas politicos, que aterrorizavam a aristocracia; mal pensavam que acabaram de dar armas a uma potencia cem vezes mais temivel, quero dizer á anarquia, que os tem perdido. Porem á historia pertence contar como foi formada esta declaração de direitos, que furores tem presidido a uma obra, que exigia a razão mais socegada, e a mais pura, como cada palavra era arrancada a um partido pelos clamores do outro, e ate a que ponto a obstinação se inflammava pela resistencia. Esta relação historica não tem nada com a mesma declaração; nós a consideramos, como uma obra abstracta, sem relação como seus autores, e sem darmos attenção ás paixões



que os animaram. Não condemnamos nem os seus motivos, nem as suas vistas. Queremos só notar, e censurar erros, cujas consequências foram tão funestas.

## ARTIGO I.

*Os homens nascem, e ficam livres e iguaes em direitos. As distinções sociaes não podem ser fundadas senão sobre a utilidade commum.*

### OBSERVAÇÕES.

A primeira proposição contem quatro proposições distinctas, que sam

- 1.<sup>a</sup> Todos os homens nascem livres.
- 2.<sup>a</sup> Todos os homens ficam livres.
- 3.<sup>a</sup> Todos os homens nascem iguaes em direitos.
- 4.<sup>a</sup> Todos os homens ficam iguaes em direitos.

*Todos os homens nascem livres.* Este introito encerra uma falsidade palpavel. Observai os factos. Todos os homens nascem em um estado de sujeição, e de sujeição a mais absoluta. O menino está n'uma dependencia continua por sua debilidade, e precisões. Não pode viver sem o socorro alheio. Deve ser governado por muitos annos, e a maior parte das leis não o emancipam senão tem corrido mais da quarta parte da vida, a mais longa, segundo as probalidades ordinarias.

*Todos os homens ficam livres.* Se por esta liberdade se entende o estado de selvagem, o estado de natureza, os homens errantes nos matos, esta proposição pode ser verdadeira; porem de que utilidade he ella relativamente a nós? Os homens actuaes, os homens, que nascem debaixo de um governo, sam todos de facto sujeitos a leis boas, ou más. A falta de liberdade he o texto perpetuo das queixas e das declamações. Estes mesmos legisladores, que solememente declaram que os homens ficam livres, não deixam de gemer sobre a servidão hereditaria da maior parte das nações.

“ Esta contradição , diram , talvez não he mais que apparente , he preciso distinguir o direito , e o facto : os homens escravos n’ um sentido sam livres em outro : livres em relação ás Leis da natureza , escravos relativamente as Leis politicas , que debalde chamam Leis , e que taes não sam , porque sam contrarias ás Leis da natureza. ,,

Esta he a linguagem subtil , á qual recorrem quando querem negar o que he , quando se acham embaraçados por factos notorios , quando tem contra si a evidencia da verdade. As Leis da natureza , sobre as quaes cada um discorre a seo modo , e como quer , não sam mais que leis imaginarias ; aquelle que as allega , não faz senão allegar a sua vontade particular , e quer substituir uma ficção á realidade

O filosofo , que procura reformar uma lei má , não nega a existencia d’ esta lei , e não attaca a sua validade ; não prega a insurreição contra ella. Expõe as suas razões ; mostra os inconvenientes dellas , e as vantagens , que resultariam da sua revogação. O character do anarquista he muito differente. Nega a existencia da lei , pugna contra a sua validade , não quer que os homens a reconheçam como lei , e os convida para se revoltarem contra a sua execução.

*Todos os homens ficam iguaes em direitos.* Todos os homens , quero dizer todos os entes da especie humana. Assim , o aprendiz he igual em direito à seo mestre ; tem o mesmo direito de governar , e castigar seo mestre , que o mestre tem de o governar e castigar. Tem tantos direitos em casa do mestre como tem o mestre mesmo. O caso he o mesmo entre o pai , e o filho , entre o tutor , e o pupillo , entre a mulher , e o marido , entre o soldado e o official. O maniaco tem o mesmo direito de fechar os seos guardas , que seos guardas tem de o fechar a elle. O insensato tem o mesmo direito de governar a sua familia que sua familia de governal-o ! Se tudo aquillo não he comprehendido neste artigo da declaração , nada significa , absolutamente nada. Bem sei que os auctores da declaração não sendo nem loucos nem idiotas , não se lembraram de estabelecer esta igualdade



absoluta. Mas que pretendiam elles? A multidão ignorante tinha obrigação de os entender melhor do que elles mesmos se tinham entendido? Quando se proclama a independencia, não ha toda a certeza de ser escutado?

*As distincções sociaes não podem ser fundadas senão sobre a utilidade commum.* Aqui está um passo retrogado, uma retractação fraudulenta. Os legisladores tinham conhecido confusamente, que acabavam de estabelecer a igualdade em toda a sua plenitude. Que fazem então? Vem fallar de *distincções sociaes*, esquecendo-se que as aboliram todas. Assim, no mesmo paragrafo, dam e tiram, estabelecem e destroem; adiantam o principio absurdo de *Igualdade*, para agradar aos fanaticos, e insinuam insidiosamente o principio das *distincções*, para socegar os homens timidos, ou de senso, que se teriam levantado contra a quimera da igualdade appresentada sem mascara.

Mas que se entende por estas palavras, *não podem*? Querem dizer que estas distincções não sam estabelecidas, — ou que ellas não o devem ser, — ou que, se ellas existirem sem serem fundadas sobre a utilidade commum, devem ser consideradas como nullas, e denenhum effeito? Pode se escolher, porque estas palavras tem estas tres significações perfeitamente distinctas. Se se quer dizer que estas distincções *não existem*, appelle-se para os factos, e observação: se se quer dizer que *não devem existir*, appelle-se para o juizo dos individuos sobre uma materia de facto. Mas, se se quer dizer que *ellas não podem existir*, porque sam nullas em si mesmo, he um attentado contra a liberdade de opinião, he um convite para se amotinar contra as leis.

No primeiro sentido, a proposição não he perigosa, mas he evidentemente falsa. No segundo, ella he fundada em razão, mas devia exprimir-se claramente, e não usar-se de um termo apaixonado. No terceiro sentido, ella contem uma doutrina sediciosa. Dizer que a lei *não pode*, em lugar de dizer que a lei *não deve*, he preparar a insurreição, e justifical-a antecipadamente. Não posso comparar estas

expressões senão com estes instrumentos, que não mostram nada, que possa offender aos olhos, mas nos quaes ha um punhal escondido.

## ARTIGO II.

*O fim de toda a associação politica he a conservação dos direitos naturaes e imprescriptiveis do homem.*  
*Estes direitos sam a liberdade, a propriedade, a segurança e a resistencia á oppressão.*

## OBSERVAÇÕES.

A confusão das ideas he tão grande em todo este artigo, que he difficilissimo achar nelle um sentido. Porem eis aqui, creio eu, as proposições, que dalli se podem deduzir.

1.º Que ha direitos anteriores ao estabelecimento dos governos: he a unica cousa, que se pode entender por *direitos naturaes*.

2.º Que estes direitos não podem ser revogados pelo governo: he o unico sentido, que se pode dar à palavra *imprescriptivel*.

3.º Que os governos existentes tiram a sua origem de uma associação primitiva, e de uma convenção.

Examinemos separadamente estas tres proposições.

A primeira he absolutamente falsa. O facto he que não ha direitos naturaes: nada de direitos anteriores à instituição dos governos. A expressão *direito natural* he puramente figurativa; quando se lhe quer dar hum sentido litteral, caie-se em erros, que não sam simplesmente erros especulativos, mas erros perniciosos. \*

Sabemos o que he viver sem governo. Temos relações de varias *tribus* selvagens, que ficaram em

---

\* Vede o tratado de legislação, tom. I. cap. 13. *das falsas maneiras de discorrer em materia de lei.*



um estado de independencia , que não tem chefes , nem leis. Mas sabemos tambem que aonde não ha leis , não ha direitos , nem segurança , nem propriedade. O selvagem pôde possuir alguma cousa , mas he uma posse precaria , e incerta , que dura só em quanto se lha não disputa , ou elle a pôde defender. Porém um direito suppõe uma garantia , uma fruição tanto para o futuro , como no presente.

Um direito de uma parte sem uma exigivel obrigação da outra , he uma pura quimera : ora , no estado da natureza não ha direito , porque nada se pôde exigir. A liberdade ali he perfeita , se tanto querem , no sentido que ella não tem freio regular da parte do governo : mas ella he sumamente incerta , no sentido que ella he sujeita á oppressão continua do mais forte ; e julgando por analogia , e mesmo por alguns vestigios historicos , os antigos habitantes da Europa estiveram muito tempo neste estado : nada de governo , nada de direitos ; uma vida precaria , uma existencia d'um para outro dia , uma posse momentanea , longas privações , e todos os costumes ferozes , que o temor produz. No mesmo estado que os animaes , a quem eram inferiores a respeito de felicidade ; porque não havia mais segurança para o homem do que para o bruto , e o homem tinha mais do que elles , prever o mal , e conhecer a sua pouca segurança.

Esta mesma desgraça era o germen da civilisação , quanto mais se soffria n' um estado de cousas , aonde não haviam direitos , tanto mais razão havia para desejar a existencia destes direitos : porém motivos de desejar o estabelecimento dos direitos não sam direitos. As precisões não sam meios. A fome não he o alimento : aquelles que fallam de *direitos naturaes* caem pois na petição de principio a mais grosseira. Que motivo podia induzir a fazer leis , se ellas já existiam feitas ? Se houvessem direitos naturaes , elles teriam obrado sobre os homens , como o instincto obra sobre as abelhas , que lhe não podem resistir.

Como podéram os Legisladores desconhecer que a linguagem da verdade era a mais propria para fazer amar aos homens o governo , e as leis , para

patentear aos povos o beneficio immenso da legislação, e fazer-lhes aborrecer a desordem, e anarquia, que os levam para aquelle estado da natureza, em que todos sam inimigos de todos? Deviam mostrar-lhes ao contrario, que estes direitos, estes nobres direitos que se extendem pelo decurso da vida toda, que unem as gerações, que protegem os fracos contra os fortes, sam obra das leis, obra só da sociedade, premio da obediencia geral ao Governo, e recompensa da subordinação; recompensa infinitamente superior ao sacrificio, que ella exige.

2. Se a noção dos direitos *naturaes* he falsa, a dos direitos *imprescriptiveis* caduca de necessidade, nem os ha, nem os pôde haver. Quanto mais as leis se chegarem á perfeição, menos sujeitas seram a mudanças! porém não deve haver leis irrevogaveis, em quanto as cousas humanas forem sujeitas a circumstancias, que variam.

Qual he a linguagem da razão a este respeito? A razão diz que a felicidade publica, sendo o unico principio, que se deve consultar no estabelecimento dos direitos, não ha nenhum que não se deva manter, em quanto for vantajoso á sociedade, e nenhum que não deva ser abolido, logo que se lhe torna nocivo.

He preciso considerar separadamente cada direito de per si, a sua vantagem, e sua desvantagem especifica; amontoal-os todos juntos, he pôr-se na impossibilidade de apontar o seo valor particular, e de estabelecer entre elles as differenças convenientes.

*Direitos imprescriptiveis!* se esta linguagem descobre a ignorancia, ainda mais patenteia a presumpção: porque declarar direitos imprescriptiveis, he annunciar que se quer cohibir aos successores, e imprimir nas leis o character da perpetualidade. „ Em nós reside a „ perfeição da probidade, e da sabedoria: o nosso que- „ rer deve subsistir sem exame, e mesmo depois de „ já não existirmos. As gerações, que nos ham de se- „ guir não seram tão capazes, como nós de julgar „ o que lhes convem. A nós pertence prescrever-lhes „ direitos eternos. Basta que a nossa vontade os de-



„ clare : aquelle que se propozer alteral-os, rebelde  
 „ contra a Assembléa Nacional , será réo de attentado  
 „ contra a natureza ; deve ser entregue á execração  
 „ do genero humano , como inimigo dos seos simi-  
 „ lhantes. „

Tal he o fanatismo , que encerram estas falsas  
 noções de direitos naturaes , e de direitos imprescripti-  
 veis. He o despotismo da opinião contra o raciocinio.  
 He precisamente a linguagem de Mafoma ! „ Pensa  
 como eu ou morre. „

3. Attribuir a origem dos governos a uma as-  
 sociação voluntaria , he uma supposição que , tal-  
 vez , tem podido realisar-se em certas circumstancias,  
 e que ao menos se póle conceber como possivel ,  
 por exemplo , no caso de huma colonia nascente.  
 Porem de facto não conhecemos ainda similhante ori-  
 gem. Todos os Governos , cuja historia nos he  
 conhecida , principiáram pela força , e se tem estabele-  
 cido gradualmente pelo habito ; exceptuando alguns  
 estados , que se emancipáram por si mesmos , e que se  
 deram leis. De resto , a ficção de um contracto não  
 serve de nada , só serve para originar questões , que  
 perturbam os espiritos , e os affastam do assumpto vér-  
 dadeiro , que devem indagar.

Com effeito , que importa como se formáram os  
 governos ? Não conheço disputa mais ociosa. Tenham  
 elles principiado por hum bando de ladrões , ou por  
 uma aggregação de pastores , por uma conquista vio-  
 lenta , ou por uma reunião voluntaria , a felicida-  
 de da sociedade não *deve ella* ser igualmente o úni-  
 co objecto daquelles que governam ? O interesse dos  
 homens não he o mesmo nas Monarquias , como nas  
 Republicas ? Os deveres moraes dos governos não sam  
 os mesmos , tanto em Pekin , como em Philadelphia ?

Passemos á segunda parte do Artigo. „ *Estes di-  
 reitos (naturaes , e imprescriptiveis) sam a liberdade , a  
 propriedade , a segurança , e a resistencia á oppres-  
 são.* „

Observai a extensão destes pertendidos direitos ,  
 que pertencem todos a cada individuo , sem limi-  
 te algum. Formai uma idéa , se poderdes , de que

sam um direito illimitado , a liberdade , a propriedade , a segurança , a resistencia , vós vos achareis n'um cahos de contradicções.

Liberdade illimitada , he pois a liberdade de fazer , e não fazer , em cada occasião , tudo aquillo , que me agrada , em toda a extensão do meo poder.

Propriedade illimitada , he o direito de dispôr de cada cousa , como eu quizer , sem respeito a pessoa alguma.

Segurança illimitada , he o direito de possuir tudo o que me he vantajoso , sem soffrer nenhum desfalque , por qualquer razão , que possa ser.

Resistencia illimitada á oppressão , he o direito de me defender , por todos os meios possiveis , por todos os actos de violencia , contra tudo o que me parece ser violação dos meos direitos naturass , isto he , contra tudo o que me desagrade.

Mas cada hum destes direitos , dir-se-ha , será limitado por leis positivas. Respondo que não pôde ser , sem infringir a declaração , porque ella declarou estes direitos *imprescriptiveis* , quero dizer , inalteraveis. Se em nada se podem cortar , não se lhes pôde prescrever limites. Eis-ahi pois a obra da legislação feita impossivel.

Se a liberdade he illimitada , já não ha direitos , porque os direitos não podem existir senão á custa da liberdade : um direito não se pôde crear sem se impôr uma obrigação correspondente ; não se pôde prohibir aos homens perjudicarem-se aos outros , sem diminuir a sua liberdade. Assim todas as leis sendo contrarias á liberdade , sam tambem contrarias ao direito natural. \*

O homem tem um direito de propriedade natural , e imprescriptivel , quero dizer , que não recebeo das leis , e que as leis não lhe podem tirar : mas , para dar

\* Todas as Leis sam coercitivas , menos as Leis Constitucionaes , que criam poderes , e as Leis que revogam as Leis coercitivas.



um sentido a esta palavra, he preciso que o direito seja relativo a um objecto, sobre o qual elle se exerceça, porque um direito que não tem em que se exercer, não tem muito valor, e não vale a pena de ser proclamado solemnemente. Debalde todas as leis do mundo teriam asseverado, que tenho o direito de possuir alguma cousa: se a isto só se reduz tudo quanto ellas fizeram em meo favor, he-me preciso apanhar por toda parte aquillo de que necessito, ou morrer á fome. Assim, declarar um direito de propriedade sem especificar os objectos, sobre os quaes se pôde exercer este direito, he estabelecer em outros termos, um direito de propriedade universal; he dizer que tudo está em commum para todos. Mas como o que pertence a todos não pertence a ninguém, segue-se que o effeito da declaração, não seria estabelecer a propriedade, mas sim de a destruir: e he assim que o entendêram os partidistas de Babeuf, estes verdadeiros interpretes da declaração dos direitos do homem, contra os quaes nada ha que dizer, senão o terem sido consequentes na applicação do principio o mais falso, o mais absurdo.

Dir-me-ham, que o sentido litteral deste Artigo, pois que appresenta uma extravagancia, não pôde ser aquelle que os Legisladores tiveram em vista. Que elles nunca pensáram que estes direitos podessem ser illimitados; antes tinham já no seo espirito, e concepção ás leis circumstanciadas, que haviam de modificar, restringir, especificar estes direitos geraes na sua applicação particular.

Longe de mim suppôr nos Legisladores Francezes intenções loucas, e criminosas; porém se elles dizem o contrario do que querem dizer, sou eu culpado por entender o que elles dizem, e não entender o que não dizem? Pôde-se sem duvida, perceber confusamente qual era a sua intenção, mas he certo que não a souberam explicar. Não me obrigo a crear o que não existe; basta-me mostrar que o sentido natural das suas expressões não fórma senão proposições absurdas, e contradictorias.

## ARTIGO III.

*O principio de toda a soberania reside essencialmente em a Nação. Nenhum corpo, nenhum individuo pôde exercer auctoridade, que não venha expressamente della.*

## OBSERVAÇÕES.

Destas duas proposições, a primeira he perfeitamente verdadeira n'um sentido. Governar, e obedecer sam termos correlativos : aonde não ha obediencia, não ha governo. A Soberania não se exerce senão em quanto uma Nação se quer sujeitar. Se he isto o que quizeram dizer, disseram uma verdade trivial que acaba em nada.

Porém não he isto o que se tinha em vista, como he facil de julgár pelo que se segue. He uma proposição, que se avança para servir de base á proposição seguinte. *Nenhum corpo, nenhum individuo pôde exercer auctoridade que não dirive della expressamente*; isto he, toda a auctoridade, que não he fundada sobre uma eleição popular, sobre um mandato immediato, e expresso da Nação, he uma auctoridade usurpada, contraria ao direito natural, e por consequencia nulla.

Se esta declaração fosse relativa só á França, podia-se ter contemplado como uma base do seo futuro direito Constitucional. Mas ella he concebida nos termos os mais geraes; ella se applica a todos os governos, e, exceptuando algumas Republicas Democraticas, a todos marca com o ferrete de usurpação, e de nullidade. Esta maxima he um instrumento de revolução. A resistencia, e a insurreição sam legitimas, e mesmo louvaveis contra Chefes, que não tem o seo poder em virtude d'uma eleição popular!!! Se este sentido não he o da maxima, não se sabe qual outro possa ter.



## ARTIGO IV.

*A liberdade consiste em poder fazer tudo o que não prejudica a outrem : assim o exercício dos direitos naturaes de cada homem não tem limites , senão aquelles que asseguram aos outros membros da sociedade a fruição destes mesmos direitos. A Lei só he que póde determinar estes limites.*

## OBSERVAÇÕES.

Este Artigo contém trez Proposições.

Primeira. *A liberdade consiste em poder fazer tudo o que não prejudica a outrem.*

He isto verdade? He este o sentido ordinario desta palavra? A liberdade de fazer mal não he liberdade? Se não he , então o que he ; e que palavra teremos nós para fallar della? Não se costuma dizer que se deve tirar a liberdade aos doudos? Não se diz que se deve tirar á liberdade aos máos , que abusam della?

Tendes a obrigação de dizer resolutamente aos homens , que se fizeram as leis só para regular , e restringir a sua liberdade ; mas com medo de os offender , que fazeis vós? Tendes recurso ao pequeno artificio de dar a esta palavra uma definição falsa , de a tomar em um sentido contrario á sua accepção ordinaria , e vós , Legislador , fallais uma lingua , que ninguém falla.

Posta esta definição , nunca eu podia saber se tenho a liberdade de fazer uma cousa , antes de ter examinado todas as suas consequencias. Se uma acção me parecesse prejudicial a um só individuo , ainda que fosse licita , e mesmo prescrita pela Lei , eu não teria liberdade de a fazer. Um official de justicia não teria a liberdade de castigar um ladrão sem ter a certeza de que este castigo não prejudicaria ao mesmo ladrão. Este he o maior dos absurdos , porém necessariamente se acha implicado na definição.

*Outrem* = he uma palavra aqui mui impropria. Parece que o legislador não poderia cohibir aos individuos de fazerem mal a si mesmos, que não poderia proteger nem homem, nem mulher, nem menino, nem os estupidos, contra a sua ignorancia, ou imprudencia. Vós me tendes affiançado a liberdade, diriam elles, a qual consiste em fazer tudo o que não perjudica a outrem, e por tanto he-me licito fazer tudo o que não perjudica senão a mim mesmo.

Segundo. *Assim o exercicio dos direitos naturaes de cada homem não tem limites senão aquelles, que seguram aos outros membros da sociedade a fruição destes mesmos direitos.*

Este Artigo declara como verdadeiro em toda a parte, o que em toda a parte he falso. Citem-me um só governo, aonde as cousas assim são. Se houvesse similhante legislação no mundo, esta legislação teria chegado á perfeição absoluta.

*Só a Lei pôde determinar limites.*

Limites! Ha um instante que estes direitos eram illimitados, e imprescriptiveis. Vós me fallais de uma liberdade, que era o meo direito natural, e agora me dizeis, que só a Lei he que pôde regular o uso da minha liberdade. No primeiro caso me concedestes, e no segundo me tirastes mais do que me convinha, Principiastes por estabelecer a minha absoluta independencia, e tornais a por-me em huma total dependencia. Não he isto tratar-me como um Principe demente, a quem se concedesse um pleno poder, com a condição que não usaria d'elle, se não conformando-se a um codigo, que regulasse as suas acções, as mais insignificantes

Para fallar com clareza, e conforme a razão, eis aqui o que se podia dizer neste Artigo.

„ A lei *deve* deixar aos subditos uma liberdade  
 „ inteira a respeito dos actos, cujo exercicio não per-  
 „ judica á communidade, seja immediatamente, seja  
 „ por consequencias remotas. „

„ O exercicio dos direitos concedidos a cada in-  
 „ dividuo não *deve* ter outros limites legaes, se não  
 „ aquelles que sam necessarios para manter cada indi-



„ viduo na posse , e exercicio dos mesmos direitos ,  
 „ tanto quanto o maior bem da communidade assim  
 „ o permittir. „  
 „ Só ao Legislador Supremo compete determinar  
 „ estes limites : nenhum outro individuo tem esta fa-  
 „ cultade , quer possua , quer não alguma auctoridade  
 „ subordinada. „

## ARTIGO V.

*A lei não tem direito de prohibir se não as acções nocivas á sociedade. Tudo o que não he prohibido pela lei não pôde ser estorvado ; e ninguem pôde ser constrangido a fazer o que a lei não manda.*

## OBSERVAÇÕES.

Primeiro. Já não he , a *Lei não pôde* , mas a *Lei não tem direito*. Nada já de ambiguidade , nada de mascara. Maxima de insurreição , principio universal de Anarquia. Supponhamos uma acção qualquer , se a Lei não tem o direito de a prohibir , a Lei que a prohibe he nulla ; o magistrado que a quer executar , he oppressor ; a resistencia he um dever , e a obediencia um crime contra a patria.

Dizer que a Lei não deveria prohibir se não as acções nocivas á sociedade , era estabelecer uma maxima verdadeira , e justa. Uma legislação , que em tudo fosse conforme a esta maxima , teria tocado a perfeição. Mas esta perfeição he possível ? Concorde ella com a natureza humana ? Nós podemos approximar-nos mais perto d'ella , mas podemos conseguila ? Devemos nós rejeitar todos os Governos ? Devemos ataca-los no principio vital ? Tiraremos nós forçosamente ás Leis a sua auctoridade , porque n'ellas ainda restam imperfeições ?

Segundo. *Tudo o que não he prohibido pela Lei não pôde ser estorvado. Ninguem pôde ser constrangido a fazer o que a Lei não manda.* He o mesmo equivoco já notado , *não pôde* , em lugar de *não deve*. *Deverá* he a linguagem do legislador , *pôde* he a lin-

guagem do facto. Assim o legislador deveria ter dito: „ Tudo o que não he prohibido pela Lei não deverá ser estorvado, e ninguem deverá ser constrangido &c. Substituindo a palavra *póde*, dizeis o que he; e não o que deve ser. Se eu consulto um homem de Lei, elle me responde, ninguem vos póde impedir, ninguem vos póde obrigar, isto he, a Lei não dá auctoridade a qualquer para vos impedir, para vos constranger.

De mais este artigo he muito vago. Falta-lhe uma explicação necessaria. Tomado no sentido litteral, destruiria toda a auctoridade particular, poder domestico, poder de politica, poder militar. Se disser a meo filho, não montes neste cavallo, porque não tens força para o governar; se eu disser a minha filha, não leas este livro, que he perigoso, elles podem exigir de mim que lhes mostre uma lei, que prohiba montar um cavallo feroso, ou ler um livro indecente. Não he só ás leis que se deve obedecer, mas ainda ás differentes auctoridades constituídas pela lei: he verdade que se póde dizer que isto está virtualmente comprehendido no artigo, mas quando se trata de obediencia, e de obrigação, toda a explicação he pouca.\*

Acrescentai a este artigo, „ ninguem póde ser „ constrangido a fazer o que a lei não manda; bem „ entendido que he preciso prestar obediencia a todas „ as auctoridades, que forem creadas pela Lei, como „ se fosse a mesma Lei, que fallasse em seu nome. „ Não ha já perigo, mas eu não sei qual he o direito, que me tendes dado em quanto não souber quaes sam as auctoridades, que a Lei póde crear. Nociva, ou frivola, he sempre a alternativa desta declaração.

---

\* Pouco tempo depois que esta revelação dos direitos do homem foi sancionada, os estudantes d'um dos primeiros Collegios de França (o de la Fleche, se não me engano) foram muito bons logicos para achar nella os principios da independencia. Armados com este manifesto, e fortes com este artigo, que tinham



## ARTIGO VI.

*A lei he a expressão da vontade geral. Todos os Cidadãos tem o direito de concorrer pessoalmente, ou por seos representantes, para a sua formação. Ella deve ser a mesma para todos, quer proteja, quer castigue. Todos os Cidadãos sendo iguaes a seos olhos, sam igualmente admissiveis a todas as dignidades, logares, e empregos publicos, conforme a sua capacidade, e sem outra distincção, que a de suas virtudes, e talentos.*

## OBSERVAÇÕES.

Este artigo he um cáos de proposições, que não tem ligamento commum, e que se referem a Leis Constitucionaes, a Leis civis, a Leis penaes. Examinemol-as separadamente.

Primeira proposição. *A Lei he a expressão da vontade geral.* Qual he a Lei, de que se falla? Qual he o paiz? Qual he o tempo? Não conheço nem Lei, nem paiz, nem época, que possa justificar esta asserção. A definição he notoriamente falsa; isto admittido, não ha paiz que tenha Leis, porque, mesmo em Genebra, e nos pequenos Cantões Democraticos, o direito de suffragio está bem longe de ser universal, não se estende mesmo, nem á maioridade do numero total dos habitantes. Este artigo he pois a esponja de todos os Governos; mas que importa? pois que o objecto favorito desta efusão de benevolencia universal era decla-

---

escrito sobre a sua bandeira, recusaram a obediencia aos seos mestres, e procederam a uma insurreição regular, para defender os seos direitos imprescriptiveis e inalienaveis. Esta Scena de Collegio não era se não o preludio da destruição de todas as auctoridades, e deste espirito de insubordinação, que cobrio a França de um diluvio de sangue, e de lama.

rar dissolvidos, todos os Governos, e persuadil-o a todos os povos.

Esta pretendida definição não foi uma invenção dos legisladores Francezes. Tiraram-na de *Rousseau*, que, no seo Contracto social, a appresentou com toda a possivel solemnidade, como uma descoberta da mais alta importancia para o Governo humano.

Segunda proposição. *Todos os Cidadãos tem o direito de concorrer pessoalmente, ou por seos representantes á formação da Lei.*

Aqui muda-se de linguagem, já não he um facto que se enuncia. He um direito, que se declara. Já não ha ambiguidade. Está decidido pelos legisladores da França que em todos os paizes do mundo, qualquer Lei he nulla, se os Cidadãos não tiverem concorrido a fazel-a pessoalmente, ou por seos representantes.

Terceira proposição. *A lei deve ser a mesma para todos, quer proteja, quer castigue.*

Esta clausula não he desarrazoada debaixo de um ponto de vista geral; mas, enunciativa de um modo demaziadamente absoluto, ella não admite excepção alguma, ainda que hajam excepções necessarias.

A lei de Inglaterra concede á pessoa do Rei, e do herdeiro da coroa, uma protecção maior do que aos outros individuos, pois que castiga mais rigorosamente os attentados contra a sua vida. Se elles estam mais expostos, e se o perigo que resulta destes attentados he maior, convém fortificar a sua salvaguarda.

Igualmente se concedem maiores indemnisações aos Ministros da justiça, no caso de um processo mal fundado, por pretendidas injurias feitas a individuos; concedem-se-lhes, digo eu, maiores indemnisações do que as que se dam a simples particulares por um aggravo da mesma natureza. A razão he porque se considerou que os officiaes do publico, não tendo o mesmo interesse em defender os direitos do publico, que tem os homens privados em defender os seos proprios direitos, poderiam deixar-se desviar do seo dever, se não se lhes concedesse uma protecção maior contra aquelles que lhes movessem injustos litigios.



Estes exemplos , que seria facil citar em maior numero , podem suggerir uma duvida racional , se esta palavra lisongeira de *Igualdade* não he incompativel , mesmo em materia de protecção com o principio da utilidade geral.

Relativamente ás penas , a verdadeira regra he nunca as applicar , se for possível , maiores do que he necessario para conseguir o fim que se procura. Como entre dous individuos , pôde haver uma medida de sensibilidade mui differente , pelo resultado das suas situações respectivas , uma pena nominalmente a mesma para ambos , não seria a mesma em realidade. Cincoenta açoitados podem sempre parecer iguaes aos olhos da lei a cincoenta açoitados : porém este castigo applicado a um joven , e robusto lavrador , ou a um velho enfermo , a uma mulher moça , delicada , e sensivel , não pôde parecer o mesmo aos olhos de ninguem ; um degredo , no estilo da lei , pôde parecer igual a um degredo : mas será a mesma esta pena para um pae de familia , a quem tira todos os seus recursos , ou para um aventureiro , que , em todos os paizes do mundo se acha com pouca differença , como em sua caza ?

Tudo isto prova que a noção vaga de igualdade , por mais lisongeira que seja , não serve se não para enganar , para encobrir o principio de utilidade , do qual nunca pedemos afastar-nos.

Quarta proposição. *Todos os Cidadãos sendo iguaes aos seus olhos , (da lei) são igualmente admissiveis a todas as dignidades , logares , e empregos publicos , segundo a sua capacidade , e sem outra distincção que a das suas virtudes , e talentos.*

Esta he uma das clausulas , e talvez mesmo a unica contra a qual não ha objecção essencial : falla do sentido geral do artigo , porque a redacção della he defeituosa.

Pôde haver razões poderosas para não conceder direitos politicos a taes ou taes individuos : mas he muito para desejar que não haja classe excluida : nada de classes de homens , que não tenham o direito de concorrer a tudo ; os legisladores Francezes , abrindo a carreira dos empregos publicos a todos os cidadãos , davam um bello exemplo a

todos os Governos, sem dar-lhes motivo algum legitimo de queixa.

Porém devia-se deixar ao legislador a faculdade de limitar o direito de suffragio, por certas condições que podem ser necessarias para segurar a responsabilidade, e a independencia dos eleitores, e dos elegiveis.

Devia-se-lhe deixar tambem a faculdade de excluir dos empregos publicos homens, que fossem aferrados a outra forma de Governo, Republicanos numa Monarquia, Realistas numa Republica; assim como não se deveria dar ao General das tropas inimigas, a incumbencia de comprar municiamentos de guerra, e de boca para o exercito, que faz tenção de combater.

Cingindo-se ao sentido litteral do artigo, todas estas limitações se tornariam impossiveis.

## A R T I G O VII.

*Nenhum homem pôde ser accusado, preso, nem detido, senão nos casos determinados pela lei, e segunda as formas por ella prescriptas. Aquelles que sollicitam, expedem, ou fazem executar ordens arbitrarías, devem ser castigados: mas qualquer Cidadão citado, ou preso em virtude da lei deve em continente obedecer: torna-se criminoso pela resistencia.*

## O B S E R V A Ç Õ E S.

A mesma impropriedade de expressões, *nenhum homem pôde*, em lugar de *nenhum homem deve*, &c. Ao menos neste caso o poder das leis he reconhecido. Não se pôde dizer que esta clausula he pernicioso, não passa de futil. Ella pode-se disfarçar em attenção do sentido, assim como a seguinte.

Com effeito, para dar segurança aos subditos contra as ordens arbitrarías, he preciso principiar por definir o arbitrario. Porque este artigo, tal qual esta, poderia ser registado no Codigo de Marrocos. Ali não ha nada illegal, uma vez que se sigam as ordens do Im-



perador. Sua vontade he lei. Tudo quanto se faz em virtude da sua vontade, tem força legal.

Por se condemnarem em termos geraes as ordens arbitrias, não he que se pôde impedir o arbitrario. Chegar a este alvo he o grande objecto da legislação, e o seu ultimo resultado. Quando as leis estam feitas, e os tribunaes organizados, pôde-se declarar que nenhum homem deve ser prezo senão por casos apontados na lei, como justificando uma prizão, cujo mandado deve especificar o caso de que se trata, que esta ordem deve ser assignada por tal, ou tal official de justiça, &c. Estabelecidas estas formas juridicas áquelles, que as infringem tornam-se criminosos de um acto arbitrario. Até aqui esta palavra nada signific.

*Qualquer Cidadão chamado, ou preso em virtude da lei deve em continente obedecer. Elle se torna criminoso pela resistencia.*

Aqui não ha nada que contradizer. Mas como se acha este artigo na declaração dos direitos? De certo, he uma inadvertencia, porque nada se assimelha menos a um direito, do que a imposição tão positiva de um dever. Seria um arrependimento dos legisladores? Teriam elles sentido que depois de haver exaltado todas as cabeças por uma proclamação de independencia, que derriba todos os governos, fazia-se preciso emfim mudar de lingoagem, e reproduzir a idéa perdida da obediencia? *O Cidadão que resiste torna-se criminoso.* Sim, mas já vos esqueceste de que a resistencia contra a oppressão era um dos direitos do homem? Se a lei me opprime, ou, o que vem a ser o mesmo, se eu julgo que a lei me opprime, se a acho contraria aos meos direitos naturaes, como posso eu ser eriminoso por lhe resistir? Se a lei pronuncia que devo sempre obedecer á lei, foi-se o meo direito de resistencia, se fico juiz dos casos, em que devo obedecer, e dos em que posso resistir, lá se vai tambem a lei.

Eis-aqui o circulo vicioso, de que he impossivel sahir pelo raciocinio. Mas o povo Francez não lhe importou a resolução do problema. Lembrou-se só do direito de resistencia, e castigou os legisladores, que tinham ousado fallar-lhe de obediencia.

## ARTIGO. VIII.

*A Lei não deve estabelecer se não penas stricta, e evidentemente necessarias: e ninguém pôde ser punido se não em virtude de uma Lei estabelecida anteriormente ao delicto, e legalmente applicada.*

## OBSERVAÇÕES.

*A Lei deve estabelecer só penas stricta, e evidentemente necessarias.* — He uma maxima, uma instrução para guiar os legisladores na formação do codigo penal. Porém esta instrução he muito esteril, pois que ella se limita a mostrar o fim, sem indicar meio algum de o conseguir, sem examinar se a regra prescrita he possível na execução.

Que suppõe com effeito esta maxima? Que no caso de cada delicto, se pôde achar uma pena tão adaptada a este delicto, tão proporcionada á sua gravidade, que a necessidade d'ella, excluida outra qualquer, he susceptivel de ser levada até a evidencia. Mas isto não he verdade, he um gráo de perfeição quimerico. Nunca se achará para cada delicto, nem mesmo para nenhum, penas que se possam demonstrar que sam *stricta, e evidentemente necessarias*. Sempre seram susceptiveis de mais, e de menos, segundo uma multidão de circumstancias, que não se podem determinar: e mesmo, como cada individuo por seo character julga differentemente da severidade de uma pena, he impossivel achar penas, que mereçam o mesmo gráo de approvação: a evidencia por tanto não pertence a este objecto. He forçoso contentar-se com a maior probabilidade, de que cada caso for susceptivel.

Quando os auctores deste artigo ordenavam tão ligeiramente a pedra philosophal da legislação, he claro que não tinham nenhuma idea distincta do seo assumpto, e que nem mesmo conheciam os seus elementos. Mas era o *jargão* familiar dos circulos de Paris, onde se faziam leis com tanta facilidade, onde não



se cançava o espirito com a precisão, e exactidão das idéas, onde tudo estava decidido quando tinha encerrado alguma pertendida noção philosolpica em uma frase arrogante, e sonora.

## ARTIGO IX.

*Presumindo-se que todo o homem he innocente em quanto se não declara culpado, se se julgar indispensavel prendel-o, todo o rigor que não for necessario para segurar-se da sua pessoa, deve ser severamente reprimido pela lei.*

## OBSERVAÇÕES.

Este artigo he louvavel no seo objecto, mas explica muito mal o que se descobre na intenção dos legisladores.

A primeira maxima, ainda que trivial, nem por isso he mais conforme á razão, e se fosse verdadeira, destruiria o regulamento, que ella intentava justificar.

Dizer que um homem *he presumido innocente* até ter sido declarado, ou julgado delinquente, he dizer um absurdo. Deve ser presumido innocente em quanto não houver accusação formada contra elle, ou, ainda melhor, em quanto não houver circumstancia, que faça presumir o contrario. Mas uma accusação já he uma presumpção, de que elle pôde ser culpado, e dizer que, não obstante isso, he ainda presumido innocente, he dizer que não ha razão para o privar da sua liberdade. A unica justificação de sua prisão, he que se ignora se elle he innocente, ou culpado, suppondo-se culpado, deve ser castigado; suppondo-se innocente, não deve ser detido. Eis-alli a linguagem do simples bom senso.

Bastava dizer que todo o rigor desnecessario, devia ser reprimido pela lei: *severamente* he uma expressão violenta, propria para um discurso inflammatorio, mas pouco conveniente para um objecto de instrução.

## ARTIGO X.

*Ninguém deve ser molestado por suas opiniões, mesmo religiosas, com tanto que a manifestação dellas não perturbe a ordem publica, estabelecida pela lei.*

## OBSERVAÇÕES.

O direito, que cada Cidadão tem de escolher o seu culto, ou de professar, com certas reservas, uma religião, differente da religião a mais geralmente admittida no estado, he certamente uma liberdade, que convinha estabelecer. Mas este artigo da declaração não lhe dá se não uma salva guarda muito precaria. O que se concede, só he concedido com uma condição, que a cada instante o pôde anniquilar. *Perturbar a ordem publica*, que significa? Luiz XIV não teria hesitado em admittir esta clausula no seu codigo. A lei debaixo do seu reinado excluia severamente o exercicio de toda a religião, que não fosse a sua, e prohibia a publicação de qualquer escripto em favor da religião protestante. Podia-se violar a lei *sem perturbar a ordem publica*?

Todavia, se eu condemno este artigo, como muito fraco, muito insignificante, não condemno o legislador Francez por ter reconhecido que a liberdade de religião devia ser sujeita á lei. Quanto mais se reflecte sobre a liberdade dos cultos, mais convencido se fica que não tem nada de perigoso, e que traz consigo grandes vantagens. Mas esta não he uma razão para fazer disso uma lei absoluta, e irrevogavel. A linha, que separa o bem do mal, tratando da liberdade de opiniões religiosas, não pôde ser traçada com exactidão. A mesma opinião, que se pôde tolerar sem perigo n'um tempo, pôde vir a ser perniciosa n'outro.



## ARTIGO XI.

*A livre communicação dos pensamentos, e das opiniões he um direito dos mais preciosos do homem; logo todo o Cidadão pôde fallar, e escrever, imprimir livremente, salva a responsabilidade pelo abuso desta liberdade, nos casos determinados pela lei.*

## OBSERVAÇÕES.

A logica desta composição não he melhor do que a sua politica. Quando se encontra um *logo*, pôde-se presumir que a proposição dada como consequencia está em contradicção directa com a proposição antecedente, ou que não ha nada de commun entre as duas.

A liberdade de communicar as opiniões he um ramo da liberdade, e a liberdade he um dos quatro direitos naturaes, sobre os quaes as leis não tem poder. Ha dous modos de tirar esta liberdade, um antes que se faça uso d'ella por prohibição, outro depois de se ter servido della, debaixo de forma de pena. Que faz este artigo em favor da liberdade? Elle a livra de todo o embaraço anterior, mas deixa a exposta a toda a pena posterior.

Dir-se-ha que só deve ser punível o abuso da liberdade. Embora, mas ha menos liberdade no abuso do que no uso? Se chamais *liberdade* tanto a prohibição, como ao castigo, segue-se que a liberdade e o constrangimento são synónimos.

De outra parte que entendeis vós por *abuso de liberdade*? Eis o que se devia definir. Antes disso não sei o que me concedeis, nem vós mesmo o sabeis. Todo o exercicio da liberdade, que desagrada aquelles que têm o poder, passa a seos olhos por abuso. Qual he pois a segurança que dais á Nação, contra os legisladores futuros? Dizeis, aqui está uma barreira que não poderám passar; mas declarais ao mesmo tempo que lhes compete pôr a barreira aonde quiserem.

He noção commum e justa a respeito dos delictos, que he melhor *prevenir*, do que *punir*. No artigo, que estamos examinando, segue-se a maxima contraria. Rejeita-se a idéa de prevenir, e adopta-se a de castigar. Não digo, que nisto se faça mal; porque para prevenir os delictos da imprensa, he preciso sujeitar os escritores a uma censura previa; meio tão cheio de inconvenientes, que he preferivel adoptar a marcha opposta.

Mas não haverá distincção que fazer, seja no modo da publicação, seja em a natureza das cousas, que se publicam? Admittindo o artigo tal qual está, segue-se não sómente que um homem póde publicar toda a sorte de libellos, contra o estado, contra os individuos, sem que se possa embaraçar, mas ainda que elle póde escolher para isto todos os meios que lhe agradarem, discursos publicos, cartazes, editaes, representações theatraes, estampas, caricaturas, imprensa, &c., tudo isto elle póde fazer sem que se possa prevenir, elle não he sujeito se não a penas posteriores.

Não he aqui o lugar de examinar se os inconvenientes d'esta liberdade, não seriam menores com effeito, do que os de uma restricção previa, os da censura: o que quero dizer, he que ha uma differença entre a liberdade de publicar opiniões sobre materias politicas, e religiosas, e aquella de publicar libellos diffamatorios contra os homens publicos, ou privados. Ha uma differença ainda mais sensivel entre publicar por escripto, de viva voz, ou sobre um theatro, arengar o povo nas encruzilhadas, ou ajuntal-o por meio de editaes. Percebe-se muito bem que um legislador poderia deixar uma inteira liberdade á imprensa, com a condição de responder pelos delictos, e no mesmo tempo prohibir os meios de communicacão, que desafiam mais directamente as paixões da multidão, e que podem inflamar-a antes que haja tempo de applicar-lhe remedio.



## ARTIGO XII.

*A garantia dos direitos do homem , e do Cidadão necessita uma força publica : esta força pois he instituida para a vantagem de todos , e não para utilidade particular daquelles , a quem está confiada.*

## OBSERVAÇÕES.

Ser de completa inutilidade este artigo he o louvor maior que merece. Nada de principio anarquico , nada d'appello á insurreição. Com uma leve mudança podia vir a ser um logar commum tão insipido , como irreprehensivel , a saber : que a força publica sustentada á custa do publico , deve ter por objecto o bem geral da sociedade , e não o interesse exclusivo daquelles , que a dirigem.

Mas o modo , com que este artigo está redigido , dá a entender que na Assembléa Nacional não se conhecia differença entre declarar o que he , e declarar o que deve ser.

A força publica está com effeito instituida por toda a parte para a vantagem de todos ? He uma materia de facto , uma ponto historico ? Segue-se que todos os governos são igualmente bons. Não he isto o que entendêram os legisladores Francezes. Mas quando disseram que a força publica he instituida para a vantagem de todos , pensaram dizer que ella *devia ser*.

Quererám passar por mestres das nações aquelles que não sabem exprimir , sem ambiguidade , sem absurdo , as idéas mais triviaes ?

## ARTIGO XIII.

*Para a manutenção da força publica, e para os gastos da administração, he indispensavel uma contribuição commum: ella deve ser igualmente repartida entre todos os Cidadãos, em razão das suas faculdades.*

## OBSERVAÇÕES.

Este artigo tão innocente, como aquelle que o precede, não ensina, senão que um dos direitos imprescriptíveis, e naturaes, consiste na obrigação de contribuir para uma massa inextinguível de despesas publicas.

Dizer que uma contribuição commum em dinheiro he o melhor meio de fornecer ás despesas do Estado, he dizer uma coisa razoavel; mas não he verdade que este meio seja indispensavel, quero dizer, o unico possivel. No governo de Berne, não havia impostos. O estado tinha outras fontes de rendimento. Eu faço esta observação só para mostrar até aonde se deve levar a exactidão em materias deste genero; porque alias não he um erro importante.

Eu estava para notar a contradicção, que se apresenta entre a desigualdade de facto, que n'este logar se reconhece, e a igualdade de direito, que foi proclamada no primeiro artigo relativamente á propriedade; mas brevemente teremos de voltar a este objecto.

*Contribuição commum em razão das suas faculdades:* devia-se dizer para fallar exactamente, *em razão das suas faculdades pecuniarias*; mas vamos adiante. Esta theoria dos impostos he ella praticavel? Ao menos será praticavel sem grandes ataques á liberdade? He preciso para executar este plano principiar por uma inquisição exacta, por uma dissecção completa de todas as circumstancias da condição privada dos individuos. He preciso que esta inquisição se sustenha sem interrupção, que o cobrador das contribuições publicas possa fazer que se lhe dê conta a cada instante de todas as malanças, que sobrevierem nos negocios de cada familia. Tudo o que importa mais a um homem guardar



em segredo , deve ser descoberto . talvez mesmo áquell de quem tem mais interesses em se esconder ; e he possível . ou que comprometta as causas da sua prosperidade descobrindo-as , ou que complete a sua ruína fazendo-as conhecer . Depois de tudo isto esta contribuição proporcional será mui desigual , se se fizer sô entrar em conta as suas posses sem ponderar a differença das precisões respectivas .

Quando os impostos sam assentados sobre despesas voluntarias , cada individuo acha-se pouco mais ou menos convidado a contribuir conforme as suas faculdades , porque á medida da sua fortuna de ordinario he a da sua despesa ; porém este systema razoavel de igualdade não era o dos legisladores Franceses desta epoca ; porque rejeitaram quase toda esta parte das contribuições , que se podem chamar voluntarias , que não se sentem , que se pagam gradualmente , e que se proporcionam por si mesmo ás faculdades crescentes , ou minguantes dos individuos . Deixaram-se enganar por metafysicos politicos , que tomaram em odio todas as contribuições que chamaram indirectas , contribuições sobre o consummo , sobre as superfluidades , e que deram a preferença áquellas , que nunca se pagam senão por violencia , áquellas que sujeitam os contribuintes a uma inquisição vexatoria .

#### ARTIGO XIV.

*Todos os Cidadãos tem o direito de verificar ou por si , ou por seos representantes a necessidade da contribuição publica , de a consentir livremente , de observar seo emprego , de determinar a sua quotidade , lançamento , arrecadação , e duração .*

#### OBSERVAÇÕES.

Se o auctor deste artigo fosse um inimigo do estado , que se propozesse perturbar o andamento dos negocios publicos , e armar todos os Cidadãos uns contra os outros , nada podia ser mais habilmente adaptado a este fim . Porém se fosse amigo do estado , e

tivesse por objecto dar ás despesas publicas um *an-tigrapho* salutar: nada se poderia inventar mais pueril.

Que se entende por *todos os Cidadãos*? Sam todos os Cidadãos collectivamente trabalhando em corpo, ou cada Cidaão individualmente? O direito que eu tenho, posso eu exercel-o por mim mesmo, quando quero, sem o concurso de pessoa alguma, ou devo eu esperar até que tenha convidado todos os outros, ou pelo menos a maior parte delles para se reunirem commigo a fazer uso d'elle? A differença que resulta, relativamente ao exercicio do direito, he enorme; mas estes redactores, que parece usarem indistinctamente, as palavras disjunctivas, e as conjunctivas, mostram que nem mesmo se lembraram della.

Se eu posso exercer este direito por mim mesmo na minha capacidade individual, tenho logo direito de ir quando quizer a todas as contadorias da renda publica, ordenar aos empregado que me appresentem os seos livros, sujeital-os a todas as minhas perguntas, e demorar assim todos os negocios: e vós que sois Cidadãos como eu, tendes o mesmo direito. Se o quizerdes exercer no mesmo tempo, a quem pertence a preferencia? A quem ha de obedecer primeiro? Quem ha-de regular este passo entre nós, e outros mil? Este modo de instituir o governo, mais depressa concorreria para o dissolver.

Se os Cidadãos não podem exercer este direito se não collectivamente, isto he trabalhando em corpo, devia-se então explicar de que maneira estes corpos collectivos se deviam formar. He precisamente o que a lei devia ensinar-nos, e que não nos ensina.

O *direito de consentir*! que singular expressão para significar o direito de aceitar ou rejeitar! O direito de votar he claro. O direito de consentir offerece uma idea ridicula: faz lembrar o que certo gracejador dizia de um senado n'um governo despotito. „ Estes Senhores tem o direito de approvar tudo o que se lhes propõe, ou de hirem para um degredo. „ Os bonecos chinezes, que se vendiam em París debaixo do nome de *Notaveis*, não tinham outro movimento de cabeça se não uma inclinação para diante. Era a fi-



gura do direito de consentir ! Não dou esta observação, como muito importante : mas he de admirar que uma assembléa, que pertendia fixar as palavras, fixar as idéas, fixar as leis, e fixar tudo, e para sempre, usasse n'uma occasião essencial, de um termo equivoco, e improprio, como se a lingua Franceza estivesse reduzida a este inepto balbuciamto.

## ARTIGO XV.

*A sociedade tem direito de tomar conta a qualquer agente publico da sua administração.*

## OBSERVAÇÕES.

*A sociedade !* Aqui está uma nova personagem desconhecida, que vem figurar nesta composição. Quem he esta personagem ? De que modo obra ella ? Como exerce os seus direitos ? Onde está o logar da sua residencia ? Qual he o signal para a reconhecer ? Querer-se-ha dizer que os superiores em officio tem direito de tomar contas a seus inferiores ? Não ter este direito não seria ser superior ! Não ser sujeito a esta obrigação não seria ser subordinado. Neste sentido a proposição he innocente, mas futil. — Querer dizer que todos os homens, que não estão empregados podem exercer este direito sobre aquelles que o estão ? Então todas as observações do artigo antecedente tem aqui o mesmo logar.

Por *a sociedade* os Redactores entendiam talvez o corpo legislativo : queriam dizer talvez que a assembléa legislativa tinha direito, não simplesmente de tomar conta, mas de se *fazer dar conta* de todas as partes da administração. Nunca a palavra propria, nunca uma expressão clara, para exprimir as idéas as mais ordinarias.

## ARTIGO XVI.

*Toda a sociedade, na qual a garantia dos direitos não he segura, nem a separação dos poderes determinada, não tem Constituição.*

## OBSERVAÇÕES.

Este artigo não he já uma declaração de direitos, he um acto pelo qual os legisladores louvam a sua obra, junto a um anathema contra todos os governos, que existem.

O Paiz, a que pertenco, tem, ou não tem uma Constituição? Antes de responder a esta pergunta, he-me necessario examinar se possui uma declaração de direitos, semelhante áquella da França. Como nenhum Paiz goza desta vantagem, segue-se que nenhum Paiz tem Constituição.

Não me demoro sobre o absurdo do estilo; uma *garantia segura*; isto he, uma *garantia de direitos garantidos*. O seu uso constante he empregar palavras synonymas, como differentes, e palavras differentes, como synonymas.

A *separação dos poderes* he uma idéa confusa, tirada de uma antiga maxima politica, *divide, e impe-ra*, uma maxima ainda mais antiga, e mais certa, he que uma casa dividida contra si mesmo não pôde subsistir.

Poderes separados, e independentes não formariam um todo; um governo assim constituido não se pôde conservar. Se necessariamente se faz preciso um poder supremo, ao qual todos os ramos da administração sejam subordinados, haverá distincção nas funcções, mas não haverá divisão de poder: porque um poder, que não se exerce senão conforme as regras traçadas por um superior, não he um poder separado: he um ramo do poder deste superior; e assim como o deo, tambem o pôde reassumir; como determinou o seu exercicio, elle pôde modifical-o como bem lhe parecer.



## ARTIGO XVII.

*Sendo a propriedade um direito inviolavel , e sagrado , ninguém pôde ser privado della , senão quando a necessidade publica , legalmente provada , evidentemente o exigir , e debaixo da condição de uma justa e preliminar indemnidade.*

## OBSERVAÇÕES.

Eis-aqui finalmente a ultima peça deste montão de contradicções , e ella he digna de coroar a obra. Pelo primeiro artigo , todos os homens sam iguaes a respeito de toda a sorte de direitos , e ficam taes a despeito de tudo , o que as leis poderem fazer. Pelo segundo , a propriedade tinha o seo lugar no numero dos direitos. Pelo decimo setimo , e ultimo , nenhum homem pôde ser privado da sua propriedade , nem mesmo de um attomo da sua propriedade , sem um exacto equivalente , e este equivalente pago adiantado. Todos os homens sam iguaes em propriedade , aindaque um possua milhões , e outro nada ; e , ao mesmo tempo , aquelle que tem uma propriedade mil vezes superior ás de mil outros juntas , não deve ser privado de um só real , sem ter recebido adiantado um equivalente ; mas d'onde virá esse equivalente ? De que fundos será elle tirado ? Os legisladores esqueceram-se de o dizer.

Loucura , e contradicções á parte , o fim d'este artigo era segurar um resarcimento a todo o proprietario no caso que se dispozesse da sua propriedade para um objecto do bem publico. O regulamento d'estas indemnidades he uma das questões de detalhe , que appresentam varios problemas difficeis , mas dos quaes se pôde conseguir a solução , tomando o trabalho de comparar os interesses de todas as partes. He preciso distinguir a propriedade , que se pôde avaliar daquellas , cuja avaliação he sempre incerta ; ha objectos , que tem um *valor de affeição* , por exemplo , uma casa de campo , um jardim de ornatos ; se se tomassem para fazer uma estrada , limitando-se a pagar o

seo valor intrinseco , ou ordinario , o proprietario não teria recebido o equivalente ; soffreria uma lesão. He verdade que os legisladores mandam que a indemnidade seja *justa* , mas esta palavra he um epitheto declamatorio , muito vago para servir de instrucção.

Entendem-se elles quando dizem , que para privar um homem da sua propriedade , he preciso que *a necessidade publica o exija evidentemente* ? Que quer dizer a palavra *necessario* ? Póde haver necessidade de fazer novos caminhos , novas pontes , novas praças n'uma Cidade , novos canaes para o commercio ? Se uma Nação existio tantos Seculos contentando-se com a navegação dos rios , será necessario para a continuação da sua existencia construir novos caminhos d'agoa artificiaes ? He claro que em todos estes casos trata-se da conveniencia , e não de necessidade. Sempre haverá vantagem de uma parte , e desvantagem da outra. Mas que póde uma vantagem de commercio contra um direito sagrado , e inviolavel ? He preciso pois renunciar a todo o projecto do bem publico , porque a necessidade d'elle não he provada evidente. Eis-aqui pois uma consequencia necessariamente deduzida destes termos da declaração. Dir-me-ham que isto não era da intenção dos legisladores Francezes ; assim o creio. Mas que justificação he esta para elles ! Nunca quizeram dizer o que disseram ; para emendar a sua declaração , seria preciso com pouca differença negar tudo quanto ella affirma , e affirmar tudo quanto ella nega.

## CONCLUSÃO.

Como póde ser que a flor de uma nação instruida , que a Assembleia Nacional de França , tendo no seo seio um grande numero de jurisconsultos experimentados , de sabios distinctos , de auctores celebres , tenha produzido sobre os principios fundamentaes do Governo , uma rapsodia tão incoherente , tão desprezivel , e ao mesmo tempo tão perigosa ?

Os sabios da mesma nação tinham produzido , poucos annos antes , uma revolução completa n'uma



das sciencias mais asduas. A chymica lhes era devedora de um systema filosofico tão bem ligado, tão bem demonstrado, que as preoccupações tinham sido vencidas, e a Europa o tinha adoptado com admiração, e gratidão.

Se os Francezes tiveram successos tão differentes em chymica, e em legislação, he porque procederam bem differentemente n'uma, e n'outra.

A chymica era o dominio exclusivo de um pequeno numero de sabios, que consagravam a sua vida a este objecto, e que depois de terem feito uma experiencia, a repetiam de mil modos para se certificarem dos seus resultados, e não se enganarem sobre as primeiras apparencias.

Na chymica, não ha appellação para as paixões, não ha preoccupações violentas, nem vinganças, nem odios, nem espirito de partido. Não se pode dizer aos homens *Crede*, he preciso dizer-lhes *Vede*.

A chymica tem palavras técnicas que embaraçam os ignorantes, e distinguem os iniciados. A legislação não as tem. Estas palavras, leis, direitos, segurança, liberdade, propriedade, poder soberano, persuadem-se todos que as percebem, servem-se d'ellas com confiança, sem duvidar, que tem uma multidão de significações diversas, e que usar destes termos sem ter ideas justas, he caminhar necessariamente de erro em erro.

Cada um conhece a sua ignorancia em chymica, não se envergonha de confessal-a: mas todos sabem alguma cousa de moral, e de legislação: e he esta *alguma cousa* que engana os homens: este pouco que sabem os anima a pronunciar temerariamente sobre o que ignoram.

O primeiro erro dos legisladores Francezes foi principiar pelo fim, adiantar proposições geraes, sem dar attenção ás leis particulares, que nellas estavam incluidas.

Generalisação precipitada, grande escandalo da vaidade humana, cachopo no qual mais de hum homem de genio naufragou, obstaculo funesto, que tanto tempo tem retardado o progresso das sciencias!

O Parlamento da Inglaterra mostrou sempre uma extrema repugnancia contra as proposições obstrac-tas, os *principios geraes*. Esta desconfiança he bem conforme á razão. He o receio de ver introduzir-se nas questões cousas, que não lhes pertencem, ou que não tem sido sufficientemente examinadas; he o receio de se adiantar mais do que se quer, e de se achar depois cercado de contradicções inevitaveis.

Pode-se ver nos diarios d'esta epoca como foi acolhido um dos primeiros Oradores, e que tinha mais influencia, por ter ousado propor o adiamento desta exposição dos direitos até ser acabada a Constituição. Mirabeau, que tinha sido um dos promotores incon-siderados d'este trabalho, intentou abandonal-o, depois de ter ponderado as difficuldades, que trazia comsigo: Porém a pluralidade da Assembleia bramio de raiva, quando elle com sua voz estrondosa vaticinou que esta declaração dos direitos não seria mais do que o almanac de um tal anno. \*

Mr. Mallouet ja tinha reclamado, com razões de prudencia, contra esta declaração anticipada, e isolada. “ Para que, disse elle, transportar os homens  
 „ ao cume de uma montanha, e dali mostrar-lhes  
 „ todo o dominio dos seus direitos, quando ao de-  
 „ pois seremos obrigados a fazel-os descer outra vez,  
 „ a circunscrever-lhe os limites, e tornal-os a pôr no  
 „ mundo real, onde se acharám coarctados a cada pas-  
 „ so? Quando tivermos acabado a Constituição, po-  
 „ deremos accommodar-lhe com mais exacção a de-  
 „ claração dos direitos, e esta mesma concordancia,  
 „ fará as leis mais caras ao Povo.

Estes sam os raios da verdade que foram presen-tes á Assembleia, mas não dissiparam a nuvem das ideas confusas. O impulso estava dado pelo enthusiasmo do momento, e pelo amor proprio: Esta percepção de huma lei universal tinha um ar de grandeza, que lisongeava o orgulho nacional. Os applau-



soz rompiam de toda a parte quando Mr. Dupont , exclamava : \* “ Não trabalhamos só para a França , mas para todas as Nações. Todos os povos nos escutam , somos os vingadores , e os mestres do genero humano. , ,

Pouco caminhou na sua carreira legislativa a Assembleia Nacional , sem que se arrependesse de ter dado esta *declaração* , ja pelos embaraços , em que se meteo , estabelecendo falsos principios , ja pelo espirito de insubordinação , que foi o fructo d’ella.

A revolução que tinha posto o governo nas mãos dos auctores desta declaração , tendo sido o resultado de uma insurreição ; o seo primeiro abjecto , quando a redigio , foi justificar as insurreições em geral. Mas justifical-as , he animal-as. Justificar uma insurreição passada , he provocar uma futura. Justificar a destruição illegal de um governo , he minar outro qualquer governo , sem exceptuar aquelle mesmo , que se quer substituir ao primeiro. Os legisladores de França imitaram , sem reparar , o auctor desta lei barbara , que conferia ao assassino de um Principe o direito de lhe succeder no throno. “ Povos ! Eis-ali os vossos direitos , reitos : se algum delles for violado , se vós julgardes que um delles he violado , a insurreição torna-se o mais santo dos deveres. , , tal he a linguagem desta declaração , e tal he o seo objecto.

As paixões pessoaes , e as paixões anti-sociaes sam os grandes inimigos da paz publica : Estas paixões , que a natureza nos dá , sam absolutamente necessarias para a existencia , e segurança dos individuos. Porém , a respeito dellas , o mal que se deve temer , não he a falta , he o excesso. Os homens , entregando-se a ellas sem reserva fariam o seo reciproco supplicio. A grande arte do legislador he contel-as , e dispor os individuos a se fazerem mutuamente o sacrificio destas paixões. Mas o objecto constante desta *Declaração* era só fortificar estas paixões ja demasia-

damente fortes, quebrar as prisões, que as ligam, e dizer ás paixões pessoaes: “ Tudo he vosso dominio, „ o mundo inteiro he vossa preza. „ Repetir ás paixões hostis: “ Vede tudo com desconfiança, o mundo inteiro he vosso inimigo. „

Este espirito de inveja, e de desconfiança, este odio contra tudo o que trazia o caracter de auctoridade, esta intolerancia politica, que chamava a *morte* contra qualquer opposição, foram em grande parte os fructos envenenados da declaração dos direitos do homem. He preciso ter estado em França nesta epoca: ter ouvido os grupos do Palacio Real, os oradores das casas de caffè, dos clubs, e das ruas, para saber a que ponto estes pertendidos direitos, commentados por bocas esfomeadas, por homens esfarrapados, e homens armados, ou por discursistas subteis, tinham levado o desprezo da razão até ao delirio.

Poderám dizer, que os Anglo-Americanos tinham dado o exemplo de uma *declaração dos direitos*, que a sua era tão mal concebida, como a dos Francezes, e que com tudo ella não tinha produzido os mesmos effeitos: convenho; mas esta differença nos resultados depende de outras differenças nos caracteres, e nas suas situações. Os Americanos, menos ardentes, menos fogosos do que os Francezes, quase todos proprietarios, quase todos iguaes, recebêram esta declaração sem enthusiasmo, e acostumados a serem governados por leis positivas, deram muito pouca attenção a generalidades metafysicas, que não eram novas para elles.

Com effeito, he na Inglaterra, que nasceo este *jargão dos direitos do homem*. A palavra *direito*, na lingua Ingleza, toma-se como adjectivo, e como substantivo. Como adjectivo, não tem mais do que um sentido moral; significa *conveniencia*, razoavel, util; como nesta phrase “ he conveniente que as leis sejam feitas para o bem publico; he conveniente que cada um tenha o gozo dos fructos de seo trabalho. „

Como substantivo, esta palavra tem dous sentidos, um legal, outro anti-legal. *A Lei me dá direito de dispôr dos meus bens*. Este he o sentido legal



o unico, que deveria ter. Mas quando se diz : a *Lei não pôde ir contra o direito natural*, usa-se da palavra *direito* n'um sentido superior á lei ; reconhece-se um direito, que attaca a lei, que a derriba, e a annulla. Neste sentido, esta palavra he a arma mais perigosa da anarquia.

O direito real he creatura da lei ; das leis reaes originam-se os direitos reaes ; e esta especie de direito he o amigo da paz, o protector de todos, a unica salva-guarda do genero humano.

O direito, em outro sentido, he creatura quimerica de uma lei imaginaria, uma pertendida lei da natureza, uma methaphysica usada pelos poetas, pelos Rethoricos, e charlatães da legislação.

Como viram que o *direito real* era respeitado, lembraram-se de empregar este nome, que impõe para consagrar todos os seus caprichos. A palavra *direito* veio a ser entre suas mãos uma especie de talisman. Suppozeram uma lei natural, cujo Codigo sabiam de côr, posto que fosse ignorado de todos os mais ; e estes pertendidos interpretes da lei natural faziam como Antonio, que tinha supposto um testamento de Cesar, e que cada dia fazia achar neste testamento todas as suas vontades particulares.

Só os homens, acostumados a seguir a marcha do espirito humano, percebem a transição do sentido primitivo, e legal desta palavra *direito* para o sentido metaphorico, e illegal.

Para que querem direitos naturaes ? Para dar ás suas opiniões uma força mais persuasiva, para tornar odiosos aquelles, que as combatem. Que ! Vós rejeitais uma consequencia, que deriva do direito natural ! Logo vós sois um violador da natureza, um inimigo do genero humano. Estes direitos estam escriptos no coração de cada homem : se estam no vosso, negando-os, fallais contra vossa consciencia, mentis a vós mesmos. Senão estam no vosso coração, não sois homem, sois um monstro debaixo da fôrma humana.

Para que tal zelo em proclamar estes direitos, como certos, como imprescriptiveis, como innalienaveis. He porque não se acham em parte alguma, em nenhuma legislação, nem mesmo na mais pequena re-

publica. Quanto menos sensível parece a sua existência, mais estrondo fazem para persuadir que sempre existiram: uma doutrina de hontem he appresentada como uma doutrina, que precedeo á mesma sociedade. Quantos mais obstaculos temem, maior he o constrangimento, de que usam; quanto menos esperam provar as suas opiniões, maiores esforços fazem para convertel-as em artigos de fé. Tal he a fraqueza humana. A opposição faz nascer um sentimento penível. Lançam mão de tudo o que podem para subjugal-a.

A maior parte dos homens sam tão pouco acostumados á exactidão das expressões, que difficilmente perceberám a importancia, que se dá em rectificar esta. Conhecem muito pouco a força do veneno para sentir a necessidade deste antidoto. Mas muitos outros seduzidos por palavras sonoras, encantados com esta idéa de *leis naturaes*, de *direitos naturaes*, nunca poderám quebrar esta associação facticia entre estes dous termos, tanto mais que ella se acha continuadamente na linguagem ordinaria, e que lisongêa justamente a preguiça, e o despotismo do espirito humano.

A linguagem da simples razão, da pura verdade, he custosa de aprender; a linguagem das paixões he por si mesma seductora, e facil. A primeira quer uma attenção severa sobre si mesma, uma resistencia contínua contra a torrente da imitação que arrastra. A segunda não ha mister mais que ceder a esta tendencia, e fallar como todos fallam.

Mas quer o resultado deste antidoto seja mais, ou menos prompto; sempre he fazer um serviço ao publico fornecer-lhe um signal particular, com o qual se pôde reconhecer a linguagem do anarquista.

Quer elle seja entusiasta, ou impostor, elle falla dos direitos naturaes, e imprescriptiveis; reconhece direitos, que não sam reconhecidos pelo governo.

Falla de direitos anteriores ás leis, independentes das leis, superiores ás leis.

Em logar de dizer, *a lei deve, ou não deve*, diz, *a lei pôde, ou não pôde?*

Em logar de dizer, *convém por taes razões estabelecer tal, ou tal direito*, affirma que, *tal direi-*



*existe*, e sempre existio, e que tudo o que se tem feito contra este direito, deve ser tido como nullo, e como se nunca houvesse existido. Sempre substitue a linguagem da ficção á dos factos, e a d'affirmação ao raciocinio.

## OUTRA DECLARAÇÃO

DOS DIREITOS DO HOMEM, E DO CIDADÃO.

*Feita pela Convenção Nacional em 1795.*



„ **A** Declaração dos direitos do homem, tinha dito Mirabeau, não será mais que o almanach de um anno. „ Esta profecia não tardou á verificar-se.

Depois que a convenção nacional derribou o throno, e declarou a republica uma, e indivisivel, quiz fazer nova declaração dos direitos. Crer-se-hia que a primeira assemblea, ainda embaraçada com idéas monarchicas, tinha deixado na sua declaração signaes de fraqueza, e de timidez, que pertencia a seos successores riscar, e fazer desaparecer; seria um engano. Esta segunda declaração feita em uma assemblea democratica, sem Rei, sem nobreza, sem clero, parece, que não teve por objecto, senão palliar, e temperar a primeira. Tinham sentido o perigo d'este manifesto contra toda a sorte de Governo: mas não quizeram confessar um erro professado com tanto orgulho: lisongearam-se de enganar o povo conservando o mesmo titulo a uma obra, que já não era a mesma; tentaram tirar sem estrondo, ou para usar da palavra propria, tirar com subtilidade, os artigos, que tinham servido de pretexto, ou de desculpa á todas as insurreições; e como a primeira declaração *dos direitos* tinha lançado a multidão em uma especie de embriaguez, e de loucura, julgaram que a podiam restituir á razão, accrescentando-lhe uma declaração parallela *dos deveres*. Sendo preciso administrar o veneno, o antidoto podia ter sua utilidade; mas muito mais prudente teria sido não fazer o mal, do que contar com o effeito do remedio.



Ainda que esta nova declaração seja menos absurda , e menos perigosa , que a primeira , ainda he muito defeituosa na logica , muito escura , e informe na expressão. A parte politica não contém se não definições falsas , e a parte moral frases de rhetorica. A nalyse circunstanciada de uma obra obscura , e esquecida , logo que nasceo não seria mais que um trabalho arido , e fastidioso ; nòs nos limitaremos a algumas observações destacadas.

Eis-aqui o primeiro artigo : He notavel por mais de uma razão. *Os direitos do homem em sociedade sam a liberdade, a igualdade, a segurança, e a propriedade.*

A qui já não ha direitos naturaes , imprescriptiveis , e sagrados , direitos taes , que toda a lei , que os alterasse fosse nulla pelo simples facto. Tiraram-se estas palavras perigosas , estas falsas noções , que fazem toda legislação impossivel. Annunciam , he verdade , que vam declarar es direitos do homem , e do Cidadão ; mas logo que encetam , o objecto muda : Deixam á parte os direitos do homem ; não se falla delles : procede-se unicamente á declaração dos direitos do homem em sociedade. A distincção tão recente , e tão solemnemente reconhecida entre o homem , e o cidadão se desvanece , mas por um subterfugio , por uma palavra , que não appresenta já nem o homem , nem o cidadão ; mas uma especie de amfibio , ou de neutro , que chamam o homem em sociedade.

Comparando o catalogo dos direitos , acharemos , que entre o anno de 1791 , e o anno de 1795 ; por mais naturaes , e imprescriptiveis que fossem , não deixaram de passar por mudanças consideraveis. No primeiro artigo da declaração de 1791 , havia só dous , *a liberdade e a igualdade*, No intervallo do primeiro artigo ao segundo tinham nascido outros trez direitos *a propriedade, a segurança, e a resistencia à oppressão*. Mas estes trez novos acrescentados aos dous primeiros não faziam cinco ; havia só quatro , porque no mesmo intervallo , não se sabe , que acedente tinha accontecido á *igualdade* ; porem ella tinha

desaparecido. De 1791 a 1795, tornou á apparecer, e em consequencia, ella occupa o posto mais eminente depois da *liberdade*. A *resistencia á oppressão*, que fazia uma figura tão nobre na carta de 1791, foi bannida da de 1795. E como as imagens dos dous illustres Romanos, de quem falla Tacito, este direito tinha-se tornado mais remarcavel só por ter desaparecido. Este phenomeno, he verdade, poderá explicar-se facilmente, recordando-se, que depois, que a *resistencia* tinha recebido a sua carta de naturalisação, tinha-se distinguido notavelmente em toda a França, atacando todos os poderes, sempre em guerra com todas as auctoridades, e fazendo-se tão temivel pela sua turbulencia que ja era sobejo tempo de a degradar; bem entendido que sempre se poderá metter em requisição á voz do patriotismo, quando se tratar de destruir o Governo, ou de degradar os deputados do povo livre para Guianna.

Os quatro artigos devem ser appresentados seguidamente.

1.º *A liberdade consiste no poder de fazer o que não prejudica aos direitos dos outros.*

2.º *A igualdade consiste em ser a lei a mesma para todos, quer proteja, quer puna; a igualdade não admite nem distincção de nascimento, nem successão hereditaria de poder.*

3.º *A segurança resulta do concurso de todos para manter os direitos de cada um.*

4.º *A propriedade he o direito de gozar, e de dispor dos seus bens, da suas rendas, do fruto do seu trabalho, e da sua industria.*

Depois de ter reconhecido estes direitos, de um modo abstracto, e indeterminado, os novos legisladores procuram apertal-os dentro de certos limites por meio de definições; mas estas definições, que tem por fim dar a estas palavras um sentido, que não he o sentido ordinario, que he mesmo contrario á significação commum, (ao menos em quanto ás duas primeiras), sam um artificio pueril, e sem effeito. As palavras obram sobre os homens por sua significação constante, e universal. Uma definição subtil, e arbi-



traria não produz effeito no espirito, ainda menos no espirito do vulgo; logo que se ouve, esquece.

A liberdade consiste no poder de fazer o que se quer, tanto o mal, assim como o bem; e he por isto, que as leis sam necessarias para restringil-a ás accões, que não sam nocivas.

A *igualdade* não se limita aos objectos, que lhe assignalam os nossos legisladores: estende-se a tudo; ella demanda um aplanamento universal, e que todas as propriedades, e condições estejam no mesmo nivel. Em quanto deixam subsistir a distincção das fortunas, a mais escandalosa para a multidão, he absurdo fallar de igualdade.

Que a *igualdade não admitte successão hereditaria de poder*, isto he claro. Mas como pode a igualdade accomodar-se com a existencia de um poder qualquer? que igualdade ha entre aquelle, que tem poder, e aquelle, que o não tem? desta sorte, á excepção de um poder hereditario, os homens não sam mais iguaes, em virtude deste artigo, do que eram antes, ou, para dizer melhor, a igualdade, e a desigualdade sam uma só, e a mesma cousa.

*Não ha distincção de nascimento.* Como pôde ser isto? Todos os homens nascem em França do mesmo pae, e da mesma mãe? A omnipotencia democratica impedirá os Montmorency de descender de uma serie de antepassados conhecidos, e illustrados desde a origem da monarchia franceza? Bem se vê que os legisladores quizeram dizer, que a differença do nascimento não traria nenhuma differença de direito; mas como um modo brilhante de se expressar parece quase tão necessario aos francezes no estilo das leis, como as leis mesmas, a expressão paradoxal teve a preferencia sobre a expressão natural. Esta mesma critica ha de parecer-lhes ridicula, tão acostumados estão a preferirem a vivacidade da expressão á exactidão. \*

---

\* Montesquieu foi o primeiro que introduziu este estilo epigrammatico em materia de legislação.

*A segurança resulta do concurso de todos para manter os direitos de cada um.*

*O concurso de todos, os direitos de cada um ! Quem podia negar-se á uma antithese tão ingenhosa, e tão saliente.*

Posta esta definição, não haveria segurança, se todos não concorressem continuamente para a defesa de cada um. He forçoso que todos os cidadãos, sem distincção, que as mulheres mesmo, e os meninos, estejam continuamente occupados em proteger todos os individuos da Sociedade, em fazer o officio de magistrados, e em fazerem-se elles mesmos magistrados. He preciso que cada um possa, e queira ingerir-se nos negocios de outro qualquer. He preciso ao menos, que quando os direitos de um só forem attacados por um homem injusto, e malevolo, todos sem excepção, concorram immediatamente para a sua defesa. O epigramma legal significa tudo isto, ou não significa absolutamente nada.

Esta definição da segurança faz-me lembrar uma que se acha na comedia do Doente Imaginario. O opio, diz Mr. Purgon, tem a virtude de fazer dormir, porque tem uma virtude soporativa. A segurança... Tal he o estilo dos oraculos que pronunciam os legisladores do mundo.

*A Propriedade he o direito de gozar, e dispor dos seus bens.*

Outra definição do mesmo genero, isto he, tão ridicula, mas um tanto menos innocente. Gozar, e dispor, aqui estam dous direitos bem distinctos; porque ha propriedades, das quaes se tem a fruição por um tempo limitado, ou durante a vida, e das quaes não se pode dispor. Mas segundo o artigo, estes dous direitos sam inseparaveis. Ter um, sem ter o

---

Mirabeau, que conhecia tãoobem os seus ouvintes, nunca subia á tribuna sem ter preparado o que chamava o tiro, isto he, um torneio agudo, e singular, que aguçava o seu pensamento, e exigia um applauso.



outro, não he ter propriedade. Sem duvida, conforme esta definição, as possessões do clero de França, que não tinha o direito de dispor, ou de alienar, não eram consideradas como propriedade, e a espoliação a respeito dos mesmos não foi um furto.

Passemos agora á *declaração dos direitos*. Não he o decalago que servio de modelo.

Os novos artifices não perceberam melhor do que os seus antecessores que os direitos, e as obrigações são inseparaveis. He possível, sem duvida, crear deveres sem crear direitos; e isto he o resultado de todas as leis; mas, de todas as leis, que restringem a liberdade sem procurarem vantagens mais que equivalentes ao sacrificio: mas he impossivel crear direitos sem crear deveres correspondentes; porque quando me concedeis um direito sobre uma cousa, não impondes vós a outro individuo qualquer a obrigação de não me perturbar no exercicio d' este direito? Os legisladores crearam pois deveres, quando estabeleceram direitos; mas elles eram como *le Bourgeois gentil homme*, que fallava prosa sem o saber. Eil-os pois agora occupados em refazer o que tem feito, em dar uma traducção dos direitos na linguagem dos deveres, sem pensarem que este segundo objecto, se assim se pode chamar, he identico com o primeiro.

1.º *Todos os deveres do homem, e do Cidadão são derivados de dous principios gravados pela natureza em todos os corações. Não fazeis a outrem o que não quereis que se vos faça. Fazei constantemente aos outros o bem que quereis receber delles.*

Tudo o que quizerdes que os homens vos façam fazei-o também vós em beneficio d' elles. Tal era a maxima do evangelho. Ganhou ella, na nova edição dos legisladores francezes?

Dividiram-na em dous ramos, um negativo, outro positivo. O primeiro preceito, dado como lei, he pernicioso. O segundo, expressado como está; he contrario ao espirito do original. O primeiro he demasiado extenso; o segundo pecca por diminuto.

Considerai o primeiro preceito. Todo o individuo

que persegue um criminoso, todo o juiz, que o condemna, todo official de justiça, que o pune, sam transgressores desta lei fundamental, desta lei, que dizem ser gravada em todos os corações, e que se põe á testa de todos os deveres.

Dirám que a maxima do evangelho he sujeita á mesma objecção? Respondo que ha muita differença; que hum preceito moral não carece de precisão rigorosa, porque falla ao sentimento, e que, alem disto, applica-se principalmente a esta parte das nossas acções, que não he sujeita ás leis. Mas quando se faz uma lei, he preciso expressar as limitações, as excepções necessarias. A exactidão, a precisão sam sua alma, e sua vida.

O segundo preceito, tomado litteralmente restringe a beneficencia em lugar de a extender. Qual he o bem, que devo fazer aos outros? Aquelle que careço receber d'elles. Se não careço receber, não tenho obrigação de dar. A generosidade, pelo contrario, dá sem esperança de recompensa. Aqui não faço se não criticar o estilo, porque se conhece bem a intenção dos legisladores; porem por que fatalidade acontece que nas cousas mais simples, nunca dizem o que querem dizer.

4.º *Ninguém he bom cidadão, sem ser bom filho bom pae, bom irmão, bom amigo, bom marido.*

Esta maxima, postas em versos, podia passar em uma peça de theatro; porem, como legal, he uma parvoice. Cae-se em um circulo vicioso. O que constitue a bondade? He ser bom.

A maxima he falsa. Ha duas classes de deveres, uns publicos, outros particulares, uns para com o estado, os outros para com a familia. &c. Será impossivel violar uns sem violar os outros? O homem que maltrata a sua mulher, e seos filhos, rouba o thezouro publico? Aquelle que rouba o thezouro publico maltrata sua mulher e seos filhos? O Velho Bruto, n'um governo, onde o pae tinha direito de vida, e morte sobre os filhos, matou os seos, por terem conspirado contra a sua patria, era elle máo Cidadão? ou a bondade de um pae consiste em a dar a morte a seos filhos?



Esta maxima parece tirada de algum sonho metaphysico de Platão, que defendia que a *virtude era uma*. O que dá a entender que ter uma virtude he ter todas, ou que não ter todas as virtudes, he não ter nenhuma.

5.º. *Nenhum homem he bom, se não he sincera, e religiosamente observador das leis.*

Que! de todas as leis, presentes, e futuras, qualquer que seja a natureza das suas prohibições, ou injuncções!

O homem bom deve ser religioso observador das leis, que lhe prohibem, por exemplo, o exercicio da unica religião, que contempla como verdadeira, e que lhe ordenam que denuncie aos tribunaes aquelles, que a praticam!

Quando nos lembramos que os auctores d' esta maxima eram os mesmos homens, que acabavam de destruir uma Constituição, de infringir a lei mais solemne, que estabelecia a inviolabilidade do Rei, que conceito se fará, ou da sua logica, ou da sua moral? De que epoca datavam elles o começo deste dever?

6.º. *Todo o homem, que infringe a bertamente as leis, declara-se em estado de guerra com a sociedade.*

Outra maxima sonora, muito propria para merecer os applausos da platéa, mas pueril, quanto pode ser, num livro de leis: e até felizmente pueril, porque se ella o fosse menos, seria muito perigosa.

O estado de guerra, he aquelle, em que o objecto de cada uma das partes interessadas he destruir a outra, ou subjugal-a. Quando um homem se declara em estado de guerra com a sociedade, deve ser tratado, como inimigo publico; e appresentar com este character todo homem, que infringe uma lei, qualquer que ella seja, he provocar contra elle os moiores rigores. He de suppor que esta maxima formava o preambulo das leis de Dracon.

As legislações sam todas tão defeituosas sob varios respeitos, que não ha paiz nenhum no mundo, aonde não haja leis, que se infringam abertamente. Em Inglaterra, por exemplo, onde, para favore-

cer os fabricantes de botões de aço, se prohibiram os botões de panno, basta abrir os olhos para ver quanto se infringe esta lei. Segundo este código politico e moral, todos os infractores d'esta lei estão em guerra com a sociedade: não ha outro partido que tomar com elles, senão tratá-los como rebeldes, e pôr em todas as ruas soldados para arquabusar estes aggressores do Governo.

7.<sup>o</sup> *Aquelle que, sem infringir abertamente as leis, as illude por astucia, ou por dextreza, offende os interessees de todos. Elle mesmo se faz indigno de sua benevolencia, e de sua estimação.*

Averdade desta proposição depende da natureza das leis, que se illudem; se se trata d'uma d'estas leis, que a ninguem são uteis, a evasão d'ella não pode ser prejudicial á ninguem. Se se trata de uma lei, que favorece uma classe de individuos exclusivamente, illudir a lei, he prejudicar a esta classe, mas não he prejudicar á toda a communiidade. Huma pessoa de mão morta, cujos bens hão de passar á religiosos, consegue illudir a lei, e trasmittir a sua propriedade á um herdeiro supposto; offende os interesse dos frades; mas pode-se dizer que obra contra os interesses de todos os seus concidadãos?

Digo mais: pode haver taes imperfeições nas leis, que seja fortuna haver meios de as illudir.

Se a lei Inglesa contra os libellos fosse rigorosamente observada, não haveria mais liberdade da imprensa em Inglaterra sobre os objectos politicos do que ha em Espanha sobre os objectos religiosos. Se esta lei fosse executada à letra em todos os casos, em que ella he infringida, não haveria quasi nenhum individuo, nem homem, nem mulher, que não tivesse ido ao pelourinho. As leis de Inglaterra não são piores do que as das outras nações: com tudo, eu me obrigaria sem duvida, se d'isso pudesse resultar algum bem, a mostrar que lá existe um grande numero de leis, que bastariam para anniquilar o commercio, a segurança, e a liberdade, se fossem pontualmente seguidas, e executadas.

Em quanto as leis estiverem nesta imperfeição



he indispensavel deixar á consciencia de cada individuo julgar dos casos, em que lhes deve obedecer com zelo, ou somente com prudencia, concorrer elle mesmo á sua execução, ou ficar neutro entre a lei e os seus infractores. Em uma palavra, em quanto as leis tiverem uma mistura de bom, e máo, não se pode insistir sobre uma obediencia universal, e es-  
crupulosa a todas as leis. Sempre se lhes deve uma obediencia passiva; mas esta obediencia activa, este concurso voluntario de cada individuo para preencher todas as suas disposições, sem ter mesmo a lembrança de as illudir será o fructo da perfeição das leis, se por ventura for possível alcançal-a.

Volto à uma observação, que já insinuei no artigo antecedente.

O Grande objecto, assim como a grande difficuldade relativamente aos delictos, he distinguil-os bem um dos outros, pezar bem os seus diversos graus de malignidade. Estes dous artigos parecem feitos so para os confundir. „ Infringir abertamente as leis, he pôr-se em estado de guerra com a sociedade; illudir as leis, he offender os interesses de todos. „ Todas as distincções desaparecem; todas as mudanças se desvanecem; todas as desobediencias, se tornam igualmente capitães. Os mais insignificantes dolos de contrabando sam equivalentes à traições. Fez-se a grande descoberta, que todos os crimes sam os mesmos, e que produzem os mesmos effeitos: e como não se passa um dia, sem que as leis sejam infringidas abertamente, ou illudidas por astucia, segue-se, que devia sempre existir em França uma guerra civil, um estado violento de animosidade entre os Cidadãos.

Nos governos estabelecidos, o objecto constante he acalmar as paixões hostis, desarmar a vingança, manter a paz entre os homens. Na desgraçada epoca, em que se achava a França, o objecto perpetuo era inflammam as paixões odiosas. He o que se tem feito na declaração dos direitos. He o que se tem feito tão bem na dos deveres. n'ella exageram-se todos os delictos; todos sam postos no mesmo nivel; quer-se, que o odio, e o furor venham presidir nos tribunaes da justiça.

He bastante, e talvez de sobejo sobre esta insipida composição. Ve-se que seos auctores não conheciam melhor os deveres, do que os direitos; que não fallavam melhor a lingua moral, do que a lingua politica. He sempre a mesma confusão, a mesma exaggeração; sempre a mesma paixão para maximas geraes, sem nenhuma attenção ás proposições particulares, que encerram; falsas noções de elegancia, e de pompa, o cuidado de variar as expressões, quando devem ser as mesmas: um estilo epigramatico, e theatral; em fim todos os defeitos imaginaveis numa composição legal, que exigia a exactidão mais severa. Tentar-nos-hiamos a crer, que no espirito nacional, ha em França uma viveza impaciente, que não se sujeita ao canção da miudeza; a imaginação corre para o resultado, e salta por cima das provas. Procura-se o espirito, a rapidez, a graça nos assumptos, que requerem o exame mais rigoroso, e o estilo mais exacto. Esta censura caie em particular sobre os escriptores em politica. Para nos demorarmos na epoca, em que estamos, tem havido um grande numero de *declarações de direitos*, offerecidos á assemblea nacional como projectos. Não ha nenhum, em que não se achem defeitos semelhantes áquelles, que temos notado nas duas declarações constitucionaes. Aquella, que fez mais bulha, aquella que teve mais partidistas fora da assemblea, sobrepujava todas as mais em exaggerações. Os erros que ella contem, não sam, he verdade, senão os de um individuo; não receberam a sancção da assemblea: mas sam opiniões avancadas por um homem, distincto por seo talento, por um homem, que teve muita influencia; e não creio superfluo examinar aqui tres ou quatro artigos desta composição, para acabar de dar uma justa idéa dos principios anarquicos, que reinavam nesta epoca.



## E X A M E

*Parcial de uma declaração dos direitos, proposta por um membro da Assembleia nacional.*

Logo no principio o auctor se funda sobre ficções, e mesmo sobre falsidades manifestas: Declara que uma cousa *he*, porque elle quer que *seja*, e que sabe que ella *não he*. Cada Sociedade, diz elle, *não pode ser senão a obra livre de uma convenção entre todos os Socios.*

Que uma Sociedade politica possa formar-se por uma convenção, não o nego; mas que uma sociedade não possa existir sem uma convenção, he evidentemente falso. Que sam pois todos os estados do mundo, que se formaram de differentes modos sem que appareça nenhum vestigio de convenção? Não existem elles? Ou não se dignará o auctor chamar-lhes sociedades politicas? Declara elle de sua auctoridade privada todos esses governos nullos, e illegitimos? Convida os povos para se levantarem contra elles? Proclama a sedicção, e anarquia? Não he esta a sua intenção, mas he este o sentido do artigo.

Ha um signal certo, pelo qual se pode reconhecer um homem, que cahio nesta especie de mania, que se pode chamar a *idolatria de si mesmo*. Elle toma algumas palavras da lingoa valêta, da-lhes um sentido particular, emprega-as como ninguem ainda as tem empregado até agora; e está resoluta a nunca usar dellas no seo sentido vulgar: taes serão, liberdade, propriedade, soberano, lei, governo, natureza &c. Munido de qualquer destas palavras como de uma especie de cifra com os seus confidentes, faz proposições, que desorganizam todas as idéas recebidas, dá uma apparencia de profundeza a nada; sempre com ar de homem engolfado em altos pensamentos, a que ninguem se eleva; olha com piedade para aquelles, que lhe propõe objecções, porque se servem das palavras, segundo a sua accepção commum. Este pequeno artificio, com facilidade se conhece, mas tem voga por algum tempo. Quando porém se entra no

exame d' estas proposições tão profundas como que-riam inculcar, compostas de um termo tomado n'um sentido contrario ao uso, acha-se nellas uma tal nullidade, ou falsidade, que custa a crer, que um homem de juizo seja seo auctor. Procura-se muito tempo descobrir ali uma idéa fina para não lhe attribuir um absurdo tão claro.

*O objecto de uma sociedade politica não pôde ser senão o maior bem de todos.*

Não *pode* em lugar de não *deve*. Sempre esta pueril substituição de um termo proprio, e ambiguo, a um termo proprio igualmente familiar, e claro. He verdade, que assim se dá a um pensamento trivial, um ar de mysterio, e de cisudeza.

*Cada homem he o unico proprietario da sua pessoa, e esta propriedade he inalienavel.*

Que expressão! Como se um homem, e sua pessoa fossem duas cousas distinctas, e que um homem podesse ter a sua pessoa como tem o seo relógio, n'uma das suas algibeiras! Mas deixemos a expressão, e vamos ao sentido.

Ser só o proprietario da sua pessoa he provavelmente ter a disposição exclusiva de si mesmo, das suas faculdades activas, e passivas, espirituaes, e corporaes: nenhum homem está auctorisado a servir-se da minha pessoa, sem o meo consentimento, fazer mais do que o poderia fazer das minhas outras propriedades. Porem esta idea de propriedade applicada à pessoa, he o transtorno de todas as leis. A lei não pode dar nenhum direito ao marido na pessoa de sua mulher, nem ao pai nas dos seus filhos, nem ao official nas dos soldados, nem ao juiz nas dos malfeitores. Qualquer exercicio de auctoridade sobre a sua pessoa, sem seo consentimento he um acto de tyrania.

Observai, que esta propriedade he declarada *inalienavel*; isto annulla todos os contractos, nos quaes se alienam os seus serviços, particularmente o contracto do matrimonio, e os engajamento militares. Logo não pode então haver entre os individuos senão transações do momento, porque ninguém pode obri-



gar-se para o futuro : isto quer dizer , que não haverá sociedade ; por que toda a sociedade he fundada nos direitos reciprocos de um individuo sobre os dos outros.

Alienar , diram , he dispor por toda a vida , as obrigações temporarias sam permitidas. O texto não prohibe senão os pactos indissoluveis.

Mas este subterfugio não vai longe : porque como a duração do arrendamento pessoal não he limitada , segue-se que cada um tem o direito de se engajar pelo termo mais longo da vida humana.

Alem disto , porque , no momento em que se declara que o homem he proprietario da sua pessoa , se lhe tira o character mais essencial da propriedade , o direito de dispor della , o de alienal-a , se esta alienação lhe fizer conta ! Supponde que um Cidadão , do toque destes modernos legisladores fosse prezio-neiro de povos , que lhe offerecem resgatar a sua vida à custa da sua liberdade ; o Cidadão lhes diria que elle he o unico proprietario da sua pessoa , que esta propriedade he inalienavel , que , por conseguinte não pode annuir ao que se lhe propõe , que sente muito , mas que recebeo de seo senhor o direito de sacrificar a sua pessoa , e não o de alienal-a.

Este artigo assim redigido , estava evidentemente destinado contra a escravidão dos negros ; porem o auctor não tinha visto todas as proposições particulares , que encerrava a sua proposição geral. Não se tinha lembrado nem das mulheres , nem dos filhos , nem dos menores , nem dos doudos , nem dos malfeitores , nem dos obreiros , nem dos soldados. Não tinha á menor intenção de abolir a ordem social , tinha somente pensado que esta proposição , com a sua apparencia de innocencia , e de pura simplicidade traria o direito de abolir a servidão pessoal.

Mas n'isso mesmo se adiantava de mais , porque a alforria subita dos negros era ao mesmo tempo uma grande injustiça , e uma grande imprudencia : Era tirar aos Senhores o que tinham adquirido com o beneplacito das leis. Era dar aos escravos o que lhes devia de ser nocivo , sem haver antes uma lon-

ga preparação. Dar-lhes a liberdade de repente, era abandonal-os á ociosidade, á miseria, e a todos os crimes, que sam seos resultados naturaes.

*Toda o escriptor pode vender, ou fazer vender as suas produções, e as pode fazer circular livremente tanto pela posta como por outra qualquer via, sem ter nunca que recear nenhum abuso de confiança.* Não digo ainda nada sobre os perigos desta liberdade illimitada, mas não posso deixar de fazer observar a pervice da expressão, o auctor queria dizer que todo o abuso de confiança seria um delicto: mas o que diz he, que o delicto he impossivel, e de tal sorte impossivel, que não se pode recear, como se esta declaração fosse sufficiente para que o governo, ou os particuares não tivessem a faculdade de commetter um abuso de confiança.

*As cartas, em particular, devem ser sagradas para todos os intermediarios que se acham entre o que escreve, e aquelle, a quem elle escreve.*

Examinemos o estilo e a materia. Esta palavra *sagrada* que significa, que modo de fallar para um legislador? Que! Basta escrever uma calumnia, um plano de conspiração, um projecto de morte em uma carta, para que esta carta fique *sagrada*. Abril-a será um *sacrilegio*? Este delicto, se o he, será numerado em a classe de delictos, que vulgarmente se contemplam como os maiores? Será um attentado contra a religião, contra Deos mesmo!

Em quanto ao acto em si mesmo, será do interesse publico que o governo possa abrir as cartas? Esta he a questão. Se a lei lho prohibe, o correio vem a ser um instrumento terrivel nas mãos dos malvados, e dos conspiradores. Com intenção de favorecer a communicação dos individuos, a lei expõe o publico ao maior dos perigos. Ha crimes tão nocivos que não se deve perder nem um dos meios de prevenil-os, ou de pol-os em evidencia. Poderse-ha dizer que o medo, de que se abram as cartas embarça a correspondencia da gente de bem, os vinculos do commercio, as effusões do coração?

He verdade que, se a simplez confidencia de



sentimento entre particulares podia constituir um crime, a abertura das cartas podia vir a ser um meio terrível de tyrannia. Masahi he que he preciso usar de cautela para evitar o abuso. He o que se pratica na Inglaterra, onde o secretario de estado pôde mandar abrir as cartas, conforme a sua prudencia sem que isto seja licito a outro qualquer.

*Todo o homem he igualmente senhor de ir, ou ficar, de entrar, ou sahir, e mesmo de sahir do Reino, e de tornar a entrar, quando, e como melhor lhe parecer.*

Não se trata aqui do cidadão somente, mas de qualquer homem, de qualquer estrangeiro como de qualquer nacional. Todos sam senhores de ir ou ficar, de entrar ou sahir, de sahir do Reino, e de tornar a entrar, como bem lhe parecer. O absurdo não pode ir a mais. A policia não terá nada que dizer? Não se pode embaraçar passagens, fechar edificios publicos, impedir a entrada, e sahida nas praças fortes, &c. &c. Com este direito illimitado, para que ham de haver cadeas, e se ham de servir dellas para prender os malfetores? Como o auctor d'esta declaração tem tolerado as leis contra os emigrados? Estas leis não desmentiam do modo mais formal os direitos do homem.

Não imputo estas intenções extravagantes ao auctor do artigo. Terminou o precedente por estas palavras: *A lei só pode indicar os limites, que se devem dar a esta liberdade, como a outra qualquer*, e supponho que a palavra igualmente á testa d'este, indica que a liberdade de sahir, e entrar está sujeita á mesma restricção. Mas então a proposição que parece dizer muito, não diz nada, ,, podeis fazer tudo, ,, menos o que as leis vos prohibem. ,, Perigosa, ou insignificante eis aqui a alternativa, a que continuamente faz expor esta declaração.

*Emfim todo homem he senhor de dispôr do seus bens, da sua propriedade, e de regular as suas despesas como lhe convier.*

Aqui nenhuma restricção legal. A proposição he illimitada. Se por *dispor dos seus bens*, o auctor en-

tende, que se pode fazer delles tudo o que se quer ; a proposição he absurda , quanto o pode ser. Não ha limites necessarios para o emprego da propriedade ? Pertence a um homem o direito de fazer depois de morto , fundações, quer religiosas, quer anti-religiosas com detrimento da sua familia ? A lei não deve mesmo obstar que um individuo desherde seos filhos sem causa assignavel ?

*Regular as suas despesas como lhe convier*, he uma boa expressão de familia : um amo pode assim fallar a seo mordomo. Mas he este o estilo de um legislador ? Os menores , os dementes , os dissipadores devem ser sujeitos a restricções positivas para as suas despesas. Ha casos , em que leis sumptuarias podem ser convenientes. Pode haver boas razões para se prohibirem os jogos de hazar , as loterias , os banquetes publicos , as doações à maneira dos Romanos , e outras mil qualidades de despesas.

*A lei não tem por objecto senão o interesse commum , não pode pois conceder privilegio nenhum à quem quer que seja.*

A primeira proposição he falsa de facto. A lei não deve ter por objecto senão o interesse commum : Isto he verdade. Este erro torna à apparecer continuamente nesta pequena obra. Mas a consequencia , que se tira d'este principio , he exacta ? Não podem haver privilegios fundados sobre o interesse commum ?

Em um sentido , todos os poderes sam privilegios ; em outro sentido , todas as distincções sociaes o sam tambem. Um titulo de honra , uma fita , uma ordem de Cavalleria , sam privilegios. Deve-se prohibir ao legislador o uso de todos estes meios remuneratorios.

Ha uma qualidade de privilegio certissimamente mui vantajoso , aquelle que se concede na Inglaterra por um tempo limitado ao inventor d'uma nova maquina , de uma nova fazenda , de uma nova arte. He de todas as maneiras de excitar a industria , e de recompensal-a , a menos onerosa ao estado e a mais adequada ao merecimento da invenção. Este privilegio não tem nada de commum com os monopolios tão justamente condemnados.



*E se houverem privilegios estabelecidos, devem ser immediatamente abolidos, quatter que seju a sua origem*

Eis-aqui o principio mais injusto, mais tyrannico, mais odioso. *Abolidos immediatamente?* Esta he a frase de um despota, que nada quer ouvir, nada modificar, que faz dobrar tudo ao seo arbitrio, que sacrifica tudo a seos caprichos.

Os juizes de officios mechanicos, e os mestres dos mesmos compraram seos privilegios por altos preços? A sua abolição repentina põe um grande numero de familias em desesperação. Esbulham-se da sua propriedade; fazem-lhes o mesmo damno como se introduzissem uma multidão de estrangeiros para ter quinão nos seos lucros, e isto de pancada. Ha magistraturas possuidas por titulos hereditarios? Os proprietarios seram expulsos do seo lugar, sem nenhuma attenção à sua condição, à sua fortuna, nem mesmo ao interesse do estado, e isto de repente. Ha Sociedades de commercio, a quem a lei concedeo um monopolio? Este monopolio se anniquila, sem dar attenção à ruina dos Socios, aos dinheiros adiantados, as obrigações contractadas; isto subitamente.

O grande merecimento de uma adminisiração he proceder lentamente à reforma dos abusos, não sacrificar interesses actuaes, conservar los individuos na fruição; preparar por degrãos as boas instituições, e evitar o transtorno de condição, d'estabelecimento, e de fortuna.

*Immediatamente* he um termo que vem de Alger ou de Constantinopla. Gradualmente he a expressão da justica, e da prudencia.

*Se os homens não sam iguaes em meios, isto he, em riquezas, em juizo, em força &c. não se segue que não sejam todos iguaes em direitos.*

De certo a mulher não he igual em direitos a seo marido, nem o filho menor à seo pae, nem o aprendiz à seo mestre, nem o soldado ao official, nem o preso ao seo carcereiro, sem que o direito d'obedecer não seja exactamente igual ao direito de mandar. A differença nos direitos he precisamente o que constitue a Subordinação social.

Estabelecei os direitos iguaes para todos, não haverá mais obdiencia nem Sociedade.

Aquelle, que tem uma propriedade, possui direitos, e exerce direitos, que não possui, nem exerce aquelle que não he proprietario.

Se todos os homens sam iguaes em direitos, já não ha direitos: Se todos tem o mesmo direito a uma causa já não ha direitos para ninguem.

*Todo o cidadão que está impossibilitado de prover ás suas precisões, tem direito aos socorros dos seus concidadãos.*

Ter direito ao socorros dos seus concidadãos, he ter direito a seus socorros, ou na sua faculdade individual, ou na sua faculdade collectiva.

Dar a cada indigente um direito sobre os socorros de cada individuo, que não está no mesmo grão de indigencia; he transtornar toda a idéa de propriedade; porque então, incapaz de prover á minha subsistencia, tenho direito a que me sustenteis, tenho direito ao que possuís, he tanto meo como vosso; a porção que me he necessaria, cessa de ser vossa, he minha; rete-la he fazer-me um furto.

He verdade que na execução ha suas difficuldades; se sou indigente, a qual dos meus concidadãos devo recorrer para exigir d'elle o que me falta? Será a Paulo de preferencia a Pedro? Se vós vos limitais a declarar um direito geral, sem especificar como o posso executar, não fazeis nada em meo favor, posso morrer de fome antes de saber quem ha de dar-me o meo sustento;

O que o auctor disse, não he o que elle quiz dizer, a sua mente era declarar que os indigentes teriam direito aos socorros da communidade. Mas então he preciso determinar donde estes socorros hão de vir, e como se ham de distribuir. He preciso organizar a administração, que ha de ser encarregada de socorrer aos pobres, crear officiaes, que ham de conhecer a sua indigencia, e precisão, e regular o modo de proceder para fazer valer o seu direito.

O socorro da indigencia he um dos mais bellos ramos da civilisação. No estado de natureza, segunda



a idéa, que delle se pode formar, aquelles que não podem procurar meios de viver, morrem a fome. Deve existir superfluo numa classe numerosa da sociedade, antes que se possa applicar parte delle para o sustento dos pobres. Póde imaginar-se que haja um estado tal de pobreza, uma tal fome, que seja impossivel dar pão á todos aquelles, que d'elle carecem. Como se pode fazer d'este dever de benevolencia um direito absoluto? He dar á classe indigente a idéa a mais falsa, e mais perigosa: Não he só tirar aos pobres a gratidão para com os seus bemfeitores, he pôr-lhes as armas nas mãos contra todos os proprietarios. Bem sei que o auctor defender-se-hia contra todas as consequencias perniciosas, que dimanam tão manifestamente dos seus principios, pelas clausulas, que inserio, *que nunca ha direito de prejudicar a outrem, e que a lei pode pôr limites ao exercicio de todos os ramos da liberdade*: mas estas clausulas, reduzem tudo a nada: porque se a lei pode pôr limites ate que estes se conheçam, que conhecimento tem qualquer do seu direito? Que uso se pode fazer deste direito? Nada mais sophistico do que uma declaração, que me da o que ella autorisa que se me tire. Assim redigida, poderia ser recebida em Marrocos e em Alger, sem fazer nem bem nem mal.



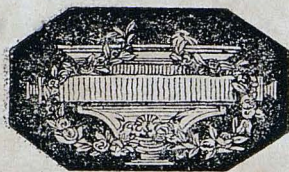




9.<sup>a</sup>  
**EXTRACTO**  
**DA TACTICA**

**DAS**  
**ASSEMBLEAS LEGISLATIVAS**  
**POR MR. BENTHAM**

**SOBRE A DIVISAÕ D'UM CORPO LEGISLATIVO**  
**EM DUAS ASSEMBLEAS, E INCONVENIENTES**  
**QUE N'ELLAS SE DEVEM EVITAR.**



**RIO DE JANEIRO.**  
**NA TYPOGRAPHIA NACIONAL.**

**M. DCCC. XXIII.**

1 8 23

THE PATENT

OFFICE

FOR THE UNITED STATES

OF PATENTS

AND TRADE MARKS

FOR THE DISTRICT OF COLUMBIA

AND THE TERRITORIES

OF THE UNITED STATES

AND THE DISTRICT OF COLUMBIA

AND THE TERRITORIES



AND THE TERRITORIES

AND THE DISTRICT OF COLUMBIA

AND THE TERRITORIES

IN WITNESS WHEREOF



# EXTRACTO DA TACTICA

## DAS ASSEMBLEAS LEGISLATIVAS

POR MR. BBNTAM.

*Sobre a Divisão d' um Corpo Legislativo em  
duas Assembléas, e inconvenientes que  
n' ellas se devem evitar*

### §. I.

#### *Divisão das Assembléas.*

---

**C**onvirá que hajam duas Assembléas, cujo accordo seja necessário para um Decreto ser efficaç ?

Há razões pró, e contra. Passemos ao exame d' ellas.

A divisão do Corpo Legislativo, parece sujeita aos inconvenientes seguintes.

1.<sup>o</sup> Seria muitas vezes um meio de dar á minoridade o effeito da maioridade. A unanimidade de uma das duas Assembléas ficaria suplantada pela maioridade de uma só voz em outra Assembléa.

2.<sup>o</sup> Esta divisão he propria para favorecer duas intenções differentes, conforme a qualidade dos membros assim distribuidos. Trata-se (por exemplo) da nobreza, e dos communs ? O resultado he favorecer uma perponderancia individa, pôr em opposição os interesses de uma classe com os interesses da Nação. Trata-se de duas Assembléas sem distincção que as torne oppostas ? O resultado he favorecer a corrupção. Logo que se possa assegurar a maioridade em uma, isto basta para se poder desprezar a outra.

3.<sup>o</sup> Cada Assmbléa será privada de uma parte das informações, que teria tido em estado de reunião. As mesmas razões não se appresentam em duas Camaras com a mesma força. Os argumentos, que tiverem alcançado votos em uma, não serão produzidos em outra. O auctor de uma proposição, que fez sobre ella um estudo profundo, não será presente na Assmbléa, aonde se fazem as objecções contra ella. A causa he julgada sem que a parte principal possa ser ouvida. \*

4.<sup>o</sup> Esta divisão traz com sigo necessariamente inuteis demoras. Duas Assmbléas, não se poderiam occupar ao mesmo tempo com o mesmo objecto; ao menos em todos os casos, em que se tem de appresentar originaes, ou de se ouvirem testemunhas, o que seria dobrado trabalho, e de longa.

Taes Assmbléas não poderiam existir, sem pretenções oppostas. Hã questões de competencia que conduzem a negociações, e muitas vezes a roturas. As Disputas de poderes ou de prerogativas, alem dos seus inconvenientes proprios, alem da perda de tempo, serão muitas vezes causa de se paralisarem os trabalhos de ambas. Isto he o que se vio continuamente nos antigos Estados da França. A corte entretinha a desunião entre as ordens, combatia a uma pela outra, e no meio desta discordia achava um pretexto plausivel para as despedir.

5.<sup>o</sup> O resultado final desta divisão he fazer uma distribuição de poderes, que dá a uma das Assmbléas a iniciativa, e reduz a outra a uma simples negativa; origem natural, e fecunda de opposições indevidas, de querellas, de inacção, e de perpetuidade de abusos.

Tudo tende a produzir uma repartição d'esta natureza. Duas Assmbléas independentes não podem

---

\* Este inconveniente não he grande, quando as deliberações sam publicas, e successivas. As razões que pervalesceram n'uma Assmbléa serão conhecidas na outra.



existir muito tempo sem medir as suas forças. Alem disto aquelles, que tem a direcção principal dos negocios não podem obrar sem um plano premeditado, sem se assegurarem dos seus recursos. He preciso escolher uma das duas Assembléas para nella dar principio ás operações: se uma mostra ter mais influencia do que a outra, a esta se levarão todas as propostas essenciaes. Não he preciso mais nada para romper inteiramente o equilibrio. Estabelecer-se ha não de direito, mas de facto, uma distincção dos dous poderes, um com a iniciativa, e outro com a simples negativa.

Ora considerando o interesse pessoal, unico motivo, com que se deve sempre contar, o do corpo, que se acha reduzido á negativa será de se oppor a tudo; elle não mostrará o seu poder senão repugnando; porque parece nullo quando aceita. Fazer o primeiro papel em politica, he governar: fazer o segundo he ser governado.

Privado dos motivos de gloria, este corpo negativo perde insensivelmente o habito dos negocios, que serão para elle um trabalho sem lucro. Tomar á si a parte a mais facil, que he oppor-se a tudo, quando o pode fazer sem se comprometter com a opinião publica, e sem perigo de perder a sua reputação por uma resistencia odiosa.

Eis aqui agora as razões, que militam em favor d'esta divisão.

Primeira vantagem. *Madureza da discussão.* Esta divisão he um meio seguro de reprimir a precipitação, e de obviar as surpresas.

He verdade que n'uma Assembléa unica, podem-se dar regulamentos, que prescrevam exames multiplicados, segundo a importancia dos negocios, e he o que se vê na Camara dos Communs: trez leituras, tres discussões em differentes intervallos; discussão de um bill na comissão respectiva, artigo por artigo: relatorio da comissão: exame d'este relatorio: petições de todos aquelles que tem de promover algum interesse: Dia determinado para examinar estas petições. Com estas cautelas geraes, e outras similhantes

he que se obvia o perigo das surpresas , e que se procura a madureza das deliberações.

Assim he; porem uma Assembléa unica , ainda que tenha os melhores regulamentos , não os observa senão quando muito quer. A experiencia tem provado que facilmente se desvia delles , para o que a urgencia das circumstancias sempre lhe fornece um pretexto prompto , e um pretexto popular para fazer tudo o que quer o partido dominante; quero dizer , para obedecer as paixões do dia. Havendo duas Assembléas , as formulas serão observadas , porque se em uma forem violadas terá a outra uma razão legitima para rejeitar tudo o que lhe for appresentado com uma innovação suspeita.

Alem disto as discussões , ainda multiplicadas , em uma unica Assembléa não offerecem a mesma segurança , como aquellas , que passam por differentes corpos. A diversidade dos interesses , e das vistas ; dos prejuizos , e dos habitos , he de absoluta necessidade para encerrar os objetos debaixo de todas as suas relações. Homens que trabalham muito tempo juntos contraem ligações , e modos de ver , um espirito de rotina , e de corporação , que só acham um correctivo natural em outra associação.

Podemos pois considerar uma segunda Assembléa como um tribunal de appellação depois de um primeiro juizo.

Segunda Vantagem. *Restricção do poder de um Assembléa unica.*

Uma Assembléa de Deputados , eleitos pelo povo , e amovíveis , estaria por isso só n'uma dependencia que a obrigaria a consultar o voto dos seus committentes ; mas esperando um systema absolutamente livre de eleição , e de amovibilidade , suppondo este systema de facil estabelecimento e sem inconveniente , nem por isto deixa de ser verdade , que uma Assembléa Legislativa não tem mais do que uma responsabilidade de opinião , da qual não pode resultar senão uma segurança muito imperfeita contra o abuso dos seus poderes. Havendo duas Assembléas de differente composição , naturalmente uma servirá de freio á outra.



O perigo da demagogia será diminuido ; o mesmo individuo mal pode exercer a mesma influencia nos dous corpos. Haverá uma emulação de credito , e de talentos. O ciume mesmo de uma Assembléa se torna neste caso uma salvaguarda contra as usurpações da outra , e a Constituição he conservada por paixões , que obram em sentido contrario.

Terceira Vantagem. *Separação da Nobreza , e dos communs.* Se ha no Estado , corpos poderosos , e privilegiados , como nobreza , e clero , he melhor dar aos seus deputados uma Assembléa separada do que confundil-os com os do povo n'uma Camara. Porque ? Porque em primeiro lugar seria de recear que se o seu numero não fosse determinado , não conseguissem , pelo credito da Ordem ou da fortuna , uma consideravel preponderancia nas eleições. Segundo , se trabalham separadamente , toda a responsabilidade da opinião péza sobre a sua cabeça ; não podem ignorar que o publico explica a sua conducta por seus interesses pessoaes , e que a recusa de uma lei popular os expõe á severidade do juizo da Nação inteira. Se forem confundidos com os deputados do povo n'uma Assembléa , tem meios de influencia , que operam encobertamente , os seus votos particulares se escondem na votação geral. Terceiro , se n'um grande Estado não houver senão uma Assembléa , será nimiamente numerosa para obrar bem , e o povo achar-se-ha reduzido a ter um numero de deputados muito insufficiente para estabelecer a confiança Publica.

Das cinco objecções , que se fizeram contra a divisão do poder legislativo , a quinta he sem duvida a mais forte. Uma das duas Assembleas virá a ser preponderante , terá a iniciativa dos negocios. Não fica para a outra , na maior parte dos casos , senão a negativa. Ora parece assaz absurdo crear-se um corpo de Senadores , ou de nobres , unicamente para se opporem aos votos dos Deputados do povo. Porem neste modo de ver , não se considera a cousa senão pela parte dos busos , e afasta-se da verdade em dous sentidos , ou fiando-se n'uma Assembleia representa-

tiva, mais do que se deve fiar, ou receando uma Assembleia de nobres mais do que se deve recear. \*

Todavia não se pode negar que a divisão do poder legislativo qualquer que fosse a composição das duas camaras, não troucesse grandes obstaculos á reforma dos abusos. Um similhante systema he menos proprio para crear, do que para conservar. Isto mesmo mostra quanto elle he conveniente a uma Constituição estabelecida. A não do estado presa por estas duas ancoras tem uma força de resistencia contra as tempestades, que não podia conseguir por outro meio.

Porem se se extendesse a divisão do corpo legislativo até trez ou quatro Camaras, ver-se-hiam nascer d'esta complicação irremediaveis inconvenientes: não somente, assim se mutiplicam, as demoras as rivalidades, os obstaculos á qualquer aperfeiçoamento que seja, mas ainda se dá ao poder executivo o meio de demorar tudo por uma influencia maior sobre uma só camara, ou de reduzir á nada o poder de uma d' estas Assembleas, se o concurso de outras duas decide de tudo. D'aqui resulta uma associação desigual

\* A's rasões que ja tenho dado para mostrar que a nobreza reunida n'uma Camara he menos temivel do que commumente se pensa, he preciso acrescentar outra, tirada do seo carater.

A nobresa he naturalmente indolente; ella foge dos negocios como das demandas, porque tem pouca pratica. Na Inglaterra mesmo, a Camara dos pares tem uma extrema propensão para negligenciar as funções senatoriaes. He preciso recrutar-a frequentemente para a manter em actividade. Sam outros Induos, que se deixam governar por homens transplantados de outro clima.

Aquelles que tem mais que perder sam em consequencia mais timidos. A sua ordem os expõem mais a vista, não podem escapar na multidão. Se se fizessem impopulares, esta impopularidade os acompanharia por toda parte.



e fraudulenta, aonde basta que dous dos socios se entendam para não deixar ao terceiro mais do que um simulacro de poder. He assim que a nobreza, e o clero, em Dinamarca, tinham conservado os commons em um estado de nullidade quase absoluta, ffoi tambem por uma reunião dos commons, e do clero contra a nobreza que os Estados foram aniquilados, e o poder absoluto transferido ao Rei. A Sicilia tinha tambem o seo Parlamento, no qual as duas ordens superiores sempre de accordo entre si contra o terceiro Estado, o tinham reduzido a uma existencia puramente nominal.

Voltando outra vez ás duas Camaras, se perguntassem que bem resultou á Inglaterra da Camara dos Lords, não seria talvez facil citar leis más, ás quaes se tenha ella opposto pela sua negativa: pelo contrario, podiam-se citar boas Leis, que ella rejeitou; e dali concluir-se, que he mais nociva do que util. Com tudo esta conclusão não seria justa; porque examinando os effeitos de uma instituição, deve-se tomar em consideração, o que ella opéra insensivelmente, pêla simplez faculdade de obstar: Ninguem se expõe mesmo a pedir o que d'antemão sabe que lhe ha de ser negado. Quem se mete n'uma empreza sem esperanza alguma d'um bom exito? Uma Constituição faz-se estavel, porque ha um poder estabelecido para a proteger. Ainda que não houvesse prova alguma positiva do bem, que faz a Camara dos Pares, sempre se lhe havia de attribuir em parte, a moderação da Camara dos commons no uso do poder, o respeito, que ella mostra para os limites da sua auctoridade, tão pouco determinados, e a sua sujeição constante ás regras, que se tem prescrito a si mesmo,

Eu me limito a fazer aqui uma simplez menção de varias vantagens collateraes, que resultam da Camara alta, taes sam o relevo, que dá ao governo no pensar do povo, a maior força das leis, quando a mesma nobreza concorre á sua sanção, a emulação, que a diversidade das ordens espalha nas differentes classes da sociedade, a vantagem de offerecer á ambição uma carreira fixa, e precisa na qual uma recompensa le-

gitima he preferivel a tudo, quanto se pode esperar dos exitos felizes da demagogia; a vantagem ainda maior de conter a nobreza em limites certos, de a fazer hereditaria só no ramo de primogenitura, e ligar o seo interesse com o interesse geral por uma transfusão continua destas familias nobres nos corpos da nação. Não ha casa de Duque na Inglaterra que não tenha na sua familia, partido que seja por interesse mais afferrado a liberdade dos communs, do que ás prerogativas da dignidade de Par.

Eis-aqui o principio da estabilidade. Cada um nesta bella ordem politica receia mais perder oque tem, do que cobiça o que não possue.

## §. 2.

### *Inconvenientes que devem evitar-se.*

A tatica das Assembléas deliberantes, bem como qualquer outro ramo da sciencia do Governo, deve referir-se ao maior bem da sociedade. Eis-aqui o fim geral; mas o seo objecto particular he obviar os inconvenientes, a que uma Assembléa politica está exposta no exercicio das suas funcções. Cada regra desta tatica tem sua razão em um mal, que deve prevenir-se. He pois do conhecimento distincto deste mal que convem proceder á indagação dos remedios.

Estes inconvenientes podem arranjar-se debaixo dos seguintes artigos: 1.º Inacção, 2.º Decisão inutil, 3.º Indecisão, 4.º Delongas, 5.º Querellas, 6.º Surpreza, ou Precipitação, 7.º Fluctuação nas medidas, 8.º Decisões viciosas quanto a forma, 9.º Decisões viciosas quanto a materia. Desenvolvamos em poucas palavras estes artigos.

1.º *Inacção.* Isto suppõe que ha pontos, que exigem uma decisão, e que se lhes não dá, porque a Assembléa não trabalha. A falta de actividade pode vir de muitas causas; por exemplo senão ha motivos sufficientes para vencer a indolencia natural, senão ha arranjo para começar a ordem de trabalho, se a Assembléa se limita a não discutir senão as propo-



sições apresentadas pelo Poder Executivo. Pode também acontecer que esteja ociosa, como se viu muitas vezes nos antigos Estados Geraes de França, porque ha preliminares sobre os quaes senão está d'accordo, questões d'etiqueta, ou de precedencia, disputas de prioridade sobre o objecto das discussões.

2.<sup>o</sup> *Decisão inutil.* He um mal não somente quanto á perda do tempo; mas ainda porque toda a decisão inutil, augmentando o volume das Leis, torna o seo complexo mais obscuro, e mais difficil de ser retido, e comprehendido.

3.<sup>o</sup> *Indecisão.* Eu entendo por isto o estado de irresolução sobre questões, a respeito das quaes conviria tomar um partido.

Se a medida proposta he má, a indicisão não so he tempo perdido; mas deixa subsistir no publico um estado de temor; temor de que esta medida venha por fim a ser adoptada: e se a medida he boa, o mal que elle faria cessar se prolonga, e se retarda o gozo do bem, em quanto dura a indecisão.

4.<sup>o</sup> *Delongas.* Este artigo pode confundir-se com o procedente; algumas vezes porém differe d'elle. Pode haver motivo de queixa da indecisão, ou em casos, em que não houve delongas, como quando uma sessão se acaba sem nada se fazer; ou em casos em que houve uma decisão. Em materia de legislação, a indicisão corresponde a denegação de Justiça na ordem judiciaria, e as delongas superfluas nas deliberações ás dilações inuteis nos processos.

Pode-se arranjar debaixo d'este artigo toda a marcha vaga, e inutil, os preliminares que não tendem a uma decisão, as questões mal expendidas, ou apresentadas em uma má ordem, as contestações pessoais, as conversações de bello espirito, que sam como os recreios do circo, e do theatro.

5.<sup>o</sup> *Surpresas. Precipitações.* As Surpresas consistem em precipitar uma decisão, seja a proveitando a ausencia d'um grande numero, seja não dando á Assembléa o tempo, e meios necessarios para se esclarecer sobre o objecto em questão. O mal da precipitação, he o risco de que ella cubra uma sur-

preza. ou que ella não dê um carater suspeito á uma decisão salutar.

6.<sup>o</sup> *Fluctuação nas medidas.* Este inconveniente podia tãobem referir-se aos attigos *delongas*, e *tempo perdido*; porem o mal, que d'elle resulta, he mais grave. As fluctuações tendem a diminuir a confiança na sabedoria d' Assembleia, e na duração das medidas, que elle a lopta.

7.<sup>o</sup> *Querellas.* O menor mal que d'ellas resulta he o tempo perdido. As animosidades, as personalidades nas Assembleas Politicas produzem as disposições mais contrarias a indagação da verdade, e tendem sobremaneira a formar partidos violentos, que podem degenerar em guerras civis. D'isto nos fornecem numerosos exemplos as historias de Roma, e a da Polonia. Ora a guerra não he mais que um complexo de actos destructivos, e o mal d'uma guerra civil, he pelo menos duplo do de uma guerra estrangeira.

Antes porem de chegarem a um termo tão fatal, as animosidades nas Assembleas Politicas substituem objectos totalmente estrangeiros áquelles, deque ella deveria occupar-se. Mil incidentes que renascem de continuo fazem desprezar o essencial. Todos os que n'elles se implicam se acham em um estado de agitação, e de soffrimento; uma exessiva desconfiança os engana mais de que o faria uma extrema credulidade.

O resultado mais seguro he a perda do respeito, e uma desgraça para uma das partes interessadas na querella, e muitas vezes para ambas.

8.<sup>o</sup> *Falsidades.* Classifico debaixo d'este titulo geral todos os actos contrarios á mais pura verdade nos procedimentos d'uma Assembléa politica; da qual he alma a boa fé. Esta maxima não será contestada por aquelles mesmos que menos a observam; mas quanto mais esclarecido se estiver sobre os interesses publicos, tanto mais se conhecerá a sua exactidão, e importancia.

9.<sup>o</sup> *Decisão viciosa quanto á redacção.* Uma redacção viciosa he aquella que pecca não quanto a materia; mas quanto á forma; aquella que não exprime inteira, ou claramente o que os Legisladores



parecem haver tido na sua intenção. Ella pecca por *excesso* se contem qualquer cousa superflua; e por *defeito* se não diz tudo o que he necessario: he *obscura* se presenta uma mistura confusa de ideas; e *ambigua* se offerece dous, ou mais sentidos, em que differentes individuos descubram decisões oppostas. \*

10.<sup>o</sup> *Decisão viciosa quanto á materia.* Decisão contraria ao que deveria ser para corresponder ao bem da sociedade.

Todos os inconvenientes a cima numerados vem terminar n'este por linhas mais, ou menos directas.

Quando uma Assembléa dá uma decisão indevida, ou nociva, deve suppor que ella representa falsamente o seo voto. Se a Assembléa he composta, como deve ser, o seo voto he de conformar as suas decisões á utilidade publica, e quando d' isto se aparta he por alguma das cousas seguintes.

1.<sup>a</sup> *Ausencia.* O voto geral d' Assembléa he o voto da maioridade do numero total dos seus Membros: e por isso quantos! mais não tiverem sido presentes a sua formação, tanto mais he duvidoso se o voto enunciado, como geral, o seja com effeito.

2.<sup>a</sup> *Falta de liberdade.* Se houve qualquer constrangimento sobre os votos, talvez elles não tenham sido conformes ao sentimento interno de quem os deo.

3.<sup>a</sup> *Seducção.* Se acaso se empregam meios attrahentes, que operem sobre a vontade dos Membros, pode ser que os votos emitidos, não sejam regulados pelo dictame de suas consisencias.

4.<sup>a</sup> *Erro.* Se os Deputados não tem tido meio de se esclarecerem, e se acaso se lhes tem feito uma falsa exposição dos negocios, seo entendimento ficará illudido, e o voto que derem não he certamente o que dariam, se fos em melhor informados

Eis-aqui pois os inconvenientes, aque uma Assembléa Politica pode ser exposta desde o principio

---

\* O Auctor n' este logar envia os Leitores ao que já escreveo sobre o estylo das Leis nos seus tratados de Legislação t. I. p. 341.

das suas Operações até os seus ultimos resultados; e o systema da sua politica se chegará tanto mais á perfeição , quanto mais proprio for para os prevenir, ou para os reduzir a o seu menor termo.

Cada artigo do Regulamento terá por objecto obviar um , ou muitos d' estes inconvenientes. Mas alem da vantagem particular , que deve resultar de cada regra , tomada de per si , um bom systema de tactica apresentará uma vantagem geral, que depende do complexo de todo elle ; que , quanto mais se chegar a perfeição , tanto mais falicitará a todos os cooperadores o exercicio da sua intelligencia , e o gozo da sua liberdade. Por este meio seram elles tudo quanto podem ser ; e em lugar de se enfraquecerem , e embaraçarem pelo numero , antes se prestarão socorros mutuos , e podendo obrar sem confusão , se dirigirão regularmente para um fim determinado.

Toda a causa de desordem cede em proveito d' uma influencia indevida , e traz após de si a tyrania , ou anarquia ; o despotismo , ou a demagogia. Sam acaso as formas viciosas ? He opprimida a Assembleia na sua acção ; sempre muito lenta ou muito rapida ; demorada , nos preliminares , e precipitada nos resultados. He mesmo necessario que uma parte dos membros exista n'um estado de nullidade , e renuncie á Independencia de suas opiniões. Desde então , á falar propriamente , não ha mais corpo politico. Todas as deliberações se preparam em segredo por um pequeno numero d' individuos , que podem tornar-se tanto mais perigosos , quanto he certo que obrando em nome d' uma Assembleia , não tem responsabilidade a temer.





3















HER  
SOF  
ANN

EXT  
PAT  
ASS  
LEGG

FOR  
340  
BA